



**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Rita Morgado Resendes

**O Serviço público de Televisão nos  
Açores:**  
legitimação e condicionalismos

**Ponta Delgada  
Departamento de Línguas e Literaturas Modernas  
2013**

Rita Morgado Resendes

**O serviço público de televisão nos Açores:  
legitimação e condicionalismos**

**Dissertação apresentada no âmbito do 2.º ciclo de estudos em Ciências da Comunicação, com o requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, área científica das Ciências da Linguagem e da Comunicação sob orientação da Professora Dr.ª Ana Cristina Correia Gil**

**Ponta Delgada  
Departamento de Línguas e Literaturas Modernas  
2013**



## **Resumo**

Esta dissertação tem como objetivo analisar a RTP-Açores, canal de televisão público regional, principalmente do ponto de vista da sua programação no sentido de verificar se esta está a desempenhar as suas funções de acordo com o interesse público.

Concluimos que a RTP-Açores preenche os parâmetros das características mais gerais das televisões de serviço público. No entanto, a nível da sua programação, por um lado as suas escolhas editoriais e isenção na transmissão da informação são questionáveis e colocam em causa a sua credibilidade enquanto serviço público de televisão e, por outro lado, a regionalização da programação consagra inequivocamente a RTP-Açores como televisão de serviço público regional.

Os programas regionais são o argumento para o qual os defensores da permanência e existência deste canal apelam para definir este canal como símbolo de coesão regional e de abertura dos Açores ao Mundo, sem que este seja refutado.

**Palavras-chaves:** serviço público regional de televisão; programação de qualidade; programação regional.

## **Abstract**

This thesis aims to analyze RTP-Azores, the regional public television channel, mainly from the point of view of its schedule to see if it fulfills its functions in accordance with the public interest.

We conclude that RTP-Azores fulfills the parameters of the general characteristics of public service television. Nevertheless, the level of its programming, its editorial choices and freedom in the transmission of the information are questionable and jeopardize its credibility as a public service television. On the other side, the regional programs establish unequivocally RTP-Azores as a regional public service television.

Regional programs are the argument for the permanence and existence of this channel as a symbol of regional cohesion and openness of the Azores to the world, which is not refuted.

**Keywords:** Programming quality; Regional Programming; Regional Public Service TV.

# Índice

<b>Introdução</b> .....	6
<b>1. A difícil definição do serviço público de televisão</b> .....	10
<b>1.1. O conceito de serviço público de televisão: da teoria à prática</b> .....	10
<b>1.2. A qualidade que define o serviço público de televisão</b> .....	20
<b>1.3. O modelo da BBC: breves referências</b> .....	26
<b>2. RTP: O Canal Público Português</b> .....	31
<b>2.1. <i>Media</i> de serviço público e <i>media</i> privados: a Crise de Identidade</b> .....	31
<b>2.2. A origem conturbada da RTP</b> .....	38
<b>3. O surgimento da RTP-Açores</b> .....	45
<b>3.1. Regionalização do canal de serviço público português</b> .....	45
<b>3.2. Programação da RTP-Açores, antes e depois da concentração</b> .....	48
<b>3.2.1. A grelha antes da concentração</b> .....	48
<b>3.2.2. A programação após a concentração da programação</b> .....	61
<b>3.3. Crise do serviço público de televisão nos Açores</b> .....	67
<b>Conclusão</b> .....	73
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	77

## **Índice de quadros**

<b>Quadro 1 – Programação de março de 2012 da RTP-Açores .....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 2 – Programação de abril de 2012 da RTP-Açores .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro 3 – Programação de maio de 2012 da RTP-Açores .....</b>	<b>60</b>
<b>Quadro 4 – Programação de outubro de 2012 da RTP-Açores .....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 5 – Programação de novembro de 2012 da RTP-Açores.....</b>	<b>63</b>
<b>Quadro 6 – Programação de dezembro de 2012 da RTP-Açores .....</b>	<b>64</b>

## **Introdução**

“O serviço público de televisão nos Açores: legitimação e condicionalismos” é uma dissertação que tem como objetivo analisar a RTP-Açores principalmente do ponto de vista da sua programação, no sentido de verificar se esta está a desempenhar realmente um serviço público nesta região insular portuguesa.

Este estudo surgiu como forma de responder a algumas questões que foram levantadas no âmbito da redução da programação da RTP-Açores a seis horas diárias, a partir de 4 de junho 2012, como seja problematizar se a redução do tempo da programação do canal regional não afeta o seu papel enquanto televisão de serviço público. Para além disso, esta dissertação também pretende ser ponto de partida para futuros estudos sobre este canal enquanto estação pública ao serviço da sociedade açoriana.

Num primeiro momento definiu-se a expressão de serviço público, aplicando o conceito ao contexto dos meios de comunicação social, com o objetivo de se verificar posteriormente se a RTP-Açores se enquadra nos parâmetros definidos para o serviço público de televisão ou se este é mais um canal privado com estatuto de televisão pública.

Clarificaram-se também os parâmetros que delimitam a programação da competência do serviço público da programação transmitida pelos privados. Para além disso, definiu-se a expressão “programação de qualidade”, associada à programação do canal de serviço público, desenvolvendo-se e explorando-se esta temática para que depois se pudesse comparar este tipo de programação com as características do canal regional açoriano.

A BBC foi destacada como exemplo de canal de serviço público e foram feitas breves referências a este canal, no sentido de haver uma maior clarificação sobre os objetivos dos canais de serviço público e que caminho estes devem percorrer para atingir o sucesso e evitar a descaracterização da sua imagem na sociedade. O objetivo deste ponto foi dar um exemplo de sucesso da televisão de serviço público no mercado atual.

A crise do serviço público é uma realidade presente em toda a Europa e nesta dissertação procurou-se também compreender as razões, as teorias e o evoluir desta descaracterização dos canais de serviço público de televisão. Descaracterização esta que resulta do desleixo do cumprimento das obrigações de serviço público em detrimento da

busca incessante pelos lucros, da clonagem de programas dos privados, e da má gestão dos recursos.

Na sequência desta análise que apresenta a adoção de uma estratégia errada, entramos no surgimento da RTP. Neste âmbito, é feita uma pequena abordagem histórica da origem da empresa e as suas características gerais, para percebermos o seu processo de integração na sociedade portuguesa e as dificuldades em desempenhar o papel de televisão de serviço público. Neste âmbito, percorremos os marcos importantes do canal de serviço público português, de modo a chegarmos às questões da atualidade, no momento em que se procura encontrar uma solução que torne sustentável as finanças da RTP. Neste ponto, colocam-se várias hipóteses em relação ao futuro do canal público, nomeadamente no que diz respeito ao modelo a adotar: a empresa RTP deve ser concessionada? Deve vender-se a RTP2? A privatização deve ser total ou parcial? Devem encerrar-se os canais de serviço público regionais?

Tendo por base a problemática do possível encerramento da RTP-Açores, esta dissertação procura fazer uma breve contextualização histórica deste canal, pois para analisar as características específicas do canal é necessário saber em que contexto surgiu, quais as condições que detinha e detém e quais foram as suas limitações e dificuldades.

Após a contextualização dos acontecimentos e factos que estão na origem da empresa pública açoriana de televisão, analisamos de forma mais extensa e pormenorizada a programação da RTP-Açores, que é um dos pontos fulcrais de qualquer serviço público de comunicação.

Para ter uma maior consciência da transformação que a nível editorial o canal regional sofreu com a concentração da programação, que entrou em vigor a 4 de junho de 2012, analisamos a programação definida nos três meses que antecederam à concentração da programação (março, abril, maio de 2012) e em três meses posteriores a esta (outubro, novembro e dezembro do mesmo ano).

Fizemos um levantamento diário de todos os programas que foram emitidos nos meses anteriormente anunciados, verificamos os programas que eram de produção regional e os que eram transmitidos dos restantes canais de serviço público nacionais (RTP1, RTP2, RTP Notícias, RTP Internacional, RTP-Madeira), analisamos os programas regionais quanto ao seu papel nos parâmetros dos deveres da televisão de serviço público e diferenciamos a programação de produção interna e a de produção externa à RTP-Açores.



Nesta análise percecionamos que a produção própria de programas da RTP-Açores é reduzida, tanto antes como depois da concentração da programação, possivelmente devido à falta de meios que esta estação de televisão dispõe e às escolhas editoriais que nem sempre são as mais indicadas ou favoráveis ao desempenho do seu papel de serviço público.

Tendo em conta que a RTP-Açores apenas tem autonomia a nível editorial, segundo o que foi afirmado no Relatório Final do grupo de trabalho para o Estudo do conceito de serviço público de Audiovisual na Região Autónoma dos Açores<sup>1</sup>, tornou-se necessário analisarmos os restantes parâmetros que também geraram a crise do serviço público nos Açores, nomeadamente: o conteúdo dos programas, os meios técnicos, a situação financeira e as influências políticas.

Nesta dissertação concluímos que a RTP-Açores preenche as características mais gerais das empresas de serviço público de televisão, já que é um canal generalista, está acessível a toda a população dos Açores, é financiado pelo Estado e investe em programas informativos e/ou de atualidade. Porém, a seleção editorial não é a que mais corresponde aos deveres dos canais de serviço público, já que se desperdiça tempo de emissão ao transmitir-se programas como filmes estrangeiros em vez de programas regionais. A nível informativo a sua credibilidade também é posta em causa por políticos de relevância na região, que questionam a isenção dos jornalistas da RTP-Açores, e conseqüentemente fica em risco o seu desempenho enquanto televisão de serviço público. Neste sentido, o canal de serviço público da região açoriana gera internamente discussão quanto à sua qualidade ao mesmo tempo que, através do pendor regional de alguns dos seus programas, se legitima a nível externo no que diz respeito ao seu papel indispensável na sociedade açoriana.

Conclui-se que é a programação especificamente regional que sustenta o conceito de serviço público da Região Autónoma dos Açores, pois é o argumento que nunca foi refutado. Apesar de este tipo de programação ser reduzido em comparação com o que poderia vir a ser, este argumento é constantemente utilizado pelos defensores deste canal ao apelarem para a visão deste canal como símbolo de coesão regional e de abertura dos Açores ao Mundo.

---

<sup>1</sup> Este relatório acentua a dependência da RTP-Açores em relação à empresa: «nunca ascendendo a um estatuto que permitisse desenvolver, sem ser por outorga de Lisboa, um qualquer modelo de gestão autónoma (excepto em aspectos editoriais)» (Mendes, 2012:20)

Esta dissertação intitulada “O serviço público de televisão nos Açores: legitimação e condicionalismos” acaba por apontar o desenvolvimento e a produção de mais programação regional como o factor que legitima a posição de que a missão da RTP-Açores não está terminada.

## **1. A difícil definição do serviço público de televisão**

### **1.1. O conceito de serviço público de televisão: da teoria à prática**

Para definir serviço público de televisão, devemos começar pelas palavras que constituem esta expressão que é tantas vezes proferida e tão poucas vezes definida ou explicada.

Neste sentido, iniciamos a descodificação desta complexa expressão pela palavra cuja definição, possivelmente, causará menos tensão: a televisão. Segundo a definição dada pela Assembleia da República, a televisão é «a transmissão, codificada ou não, de imagens não permanentes, com ou sem som, através de uma rede de comunicações eletrónicas, destinada à receção em simultâneo pelo público em geral» (Assembleia da República, Lei n.º 8/2011 de 11 de Abril, artigo 2º). Esta é uma definição teórica, porém esclarecedora, à qual devemos acrescentar que a televisão é uma das formas mais populares de comunicação, um dos *media* mais bem integrados no nosso quotidiano e, por isso, a sua força na sociedade é reconhecida por todos e ninguém a coloca em causa.

Quanto à expressão “serviço público”, esta abrange vários sectores da sociedade que vão desde o saneamento básico à educação, à saúde e aos meios de comunicação, entre outros. A sua vastidão torna esta expressão difícil de definir. Contudo, pode-se afirmar, no âmbito geral, que o serviço público é «uma necessidade que a comunidade reconhece e que o Estado deve assegurar» (Monteiro, 2002: 6).

Para Eduardo Cintra Torres, um estudioso dos *media* televisivos públicos da Europa, o serviço público é também, para além do que foi referido acima, «um serviço prestado por iniciativa do Estado e da sociedade civil que os privados por si não podem, ou não querem prestar» (*Apud* Lima, 2005:19).

Focando-nos no caso específico de serviço público dos meios de comunicação social, existem estudiosos, como Arons de Carvalho, que defendem a inexistência de uma definição de serviço público enraizada em Portugal (Serrano, 1998: 12).

Mas a verdade é que na Europa Ocidental se criou um ambiente ideal para o nascimento da televisão pública, dada a preocupação quanto ao processo educacional a partir da rádio e da televisão (Gonçalves, 2011: 12). Contudo, a União Europeia, também desde cedo, reconheceu as importantes diferenças que existem de país para país e, por isso, permitiu e permite que os princípios base do serviço público sejam aplicados de maneira diferente, consoante o contexto nacional (Serrano, 1998: 11).

A existência de qualquer serviço público implica a coexistência de quatro realidades: o conteúdo, que diz respeito ao serviço que é prestado; a instituição prestadora do serviço; o financiamento; e os destinatários (Duque *et al*, 2011: 11). O resultado da diferente aplicação que os Estados-membros fazem nas diversas realidades gerou uma variedade enorme de modelos de serviço público dentro da própria Europa, o que, por sua vez, leva a um aumento da dificuldade de conceção de um padrão de serviço público: «O tempo trouxe a complexidade e a particularidade das TVs criadas», daí o surgimento e elaboração de várias conceções e definições de televisão de serviço público, feitas e defendidas por pesquisadores da área (Gonçalves, s/d: 13).

Existe uma diversidade de definições de serviço público de televisão, que tentam explicar o conceito na sua totalidade. Nas várias definições de serviço público de radiodifusão existentes é notório o permanente recurso a conceitos como o bem comum, o equilíbrio, a qualidade, a liberdade, o interesse nacional (*Apud* Serrano, 1998: 7-8).

O próprio ex-presidente da BBC (canal considerado exemplo de qualidade de serviço público), Christopher Bland, no relatório realizado em junho de 1997 para a Royal Television Society Fleming Memorial Lecture, apresentou «a qualidade, a diversidade, a inovação, a diferenciação e a reflexão sobre a cultura nacional» como os quatro pilares que sustentam o serviço público (*Idem*: 9).

Para além destes conceitos que são usados para definir o serviço público de televisão, também se encontra em várias obras a referência a outras vertentes, como educar, informar e desenvolver o espírito crítico, como obrigações/objetivos deste tipo de televisão (*Idem*: 8).

Podemos dizer, assim, que o serviço público se define por reforçar a identidade nacional, já que a televisão de serviço público tem várias obrigações para com a sociedade e dar voz às opiniões e interesses nacionais/regionais, defendendo a língua e a cultura do país, é uma delas.

O canal de serviço público tem de servir todos os espectadores, incluindo públicos e interesses regionais. É por este motivo que, no caso de Portugal, a RTP possui estações nas regiões autónomas (RTP-Açores e RTP-Madeira), em África (RTP-África), um canal destinado aos que estão fora de Portugal (RTP-Internacional) e canais temáticos como a RTP-Memória e RTP-Notícias.

Esta ramificação da RTP, com o objetivo de manter a pluralidade e diversidade de programação, é característica dos canais de serviço público e teve como ponto de

partida o exemplo da BBC, pioneira na categoria de serviço público de televisão, criada em 1926, no Reino Unido.

O conceito de serviço público e a sua evolução estão inscritos na própria história da BBC e, por isso, este canal de serviço público, para além de ser o exemplo a seguir a nível de qualidade do exercício do serviço público, também é usado como o canal que define como o serviço público é ou deve ser.

Outra característica que podemos retirar a partir dos conceitos comuns às definições de serviço público é que este serviço apresenta uma pluralidade e variedade de oferta. O canal de serviço público deve ter em atenção a heterogeneidade social e cultural de determinada comunidade, não esquecendo que a televisão desempenha uma importante função social na área da integração. Neste sentido, por vezes era bom lembrar os deveres dos *media* de serviço público, já que ao definir essas competências acabamos por delinear o que é considerando cultura e democracia e o que são interesses comerciais: «La definición de las competencias del servicio público es bastante revelante para esbozar una línea divisoria entre cultura y democracia, por un lado, y las fuerzas del mercado y del comercio, por outro» (Ridinger, 2010: 23).

A televisão deve ser usada como um meio que combate a exclusão, incentivando a integração social e cultural, de modo a garantir a necessária coesão nacional, que se encontra cada vez mais debilitada numa sociedade cada vez mais globalizada (Lopes, s/d: 6).

Tendo em conta a heterogeneidade do público, o serviço público tem de produzir programas diversos para responder às exigências da audiência e tem de oferecer programas de qualidade e alternativas à programação estereotipada que é transmitida pelos canais privados (*Idem*: 7).

Para que seja possível este cumprimento dos deveres para os quais o serviço público é idealizado, é necessário que os *media* televisivos se adequem sempre ao contexto de formação da sociedade, considerando as dimensões sociais, geográficas, históricas e culturais do país em que se encontram (Matos, s/d: 2). No fundo, a programação do canal de serviço público deve ter qualidade a nível dos seus critérios e deve diferir dos privados, apresentando uma nova atitude e encarando os novos desafios, como apresentar programas que abrangem as várias «especificidades culturais, sociais e regionais espalhadas pelo país» (Lopes, s/d: 7).

Acessibilidade a toda a população é outra característica intrínseca aos conceitos usados para definir a televisão pública. O serviço público deve garantir a universalidade

e gratuidade do acesso ao seu serviço, ao mesmo tempo que fomenta a coesão social e reforça a identidade nacional/regional (Monteiro *et al*, 2002: 9).

Para além disso, também podemos dizer, a partir dos conceitos que são comuns na definição de serviço público, que o canal de serviço público é uma autoridade responsável por transmitir o que é de interesse público. Este tipo de serviço tem, então, de estar preparado para informar o público sobre todos os aspetos da vida do país, para que assim o serviço público de televisão seja visto como a «instância capaz de gerir os interesses comuns aos grupos sociais e aos cidadãos» (Stevanim, s/d: 4).

Este tipo de televisão tem também a obrigação de complementar a formação dada na escola e a educação dada pela família, proporcionando aos cidadãos programas de qualidade. No fundo, os *media* de serviço público devem proporcionar aos cidadãos informação dotada de conteúdos culturais e educativos, através de uma programação completa e equilibrada (Ridinger, 2010: 30).

Durante o colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*<sup>2</sup>, Manuel Pinto, professor catedrático da área de jornalismo e da educação na Universidade do Minho, alertou que «o serviço público tem o dever de estimular a aprendizagem e o conhecimento, mas não caindo no “erro” de se tornar uma telescola». Este tipo de canal tem de ter um modo diferente de estar com o seu público, um modo de estar que desperte os cidadãos para a captação de conhecimentos e prevenção de comportamentos desviantes como a criminalidade, a xenofobia, o racismo, de modo a educá-los para a cidadania.

A verdade é que o interesse público deveria ser um modelo de conduta para todos os veículos de comunicação, definissem-se eles como públicos ou não (Assembleia da República, Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de Abril, artigo 6.º, 2 alínea). Contudo, a realidade mostra-nos um predomínio das leis do mercado na área da comunicação, em que os interesses de ordem financeira ganham prioridade no território da comunicação (Stevanim, s/d: 11).

Tanto o canal de serviço público como os canais privados divulgam informações; contudo, a televisão de serviço público tem o dever de se preocupar com a objetividade e imparcialidade das informações divulgadas, não cedendo às leis do mercado. A televisão de serviço público não deve depender dos critérios comerciais, dos índices de audiências (Lima, 2005: 11) e/ou até do poder político, por isso adota uma

---

<sup>2</sup> Colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*, que decorreu em Ponta Delgada, de 31 de maio a 1 de junho de 2012.

atitude pluralista, que é fundamental numa sociedade democrática. Neste sentido, um canal não comercial é financiado por fundos públicos e a sua atividade comercial é limitada e regulamentada segundo os interesses públicos.

Falar nas funções da televisão pública inclui também definir o seu posicionamento em relação à lógica competitiva e ao seu relacionamento com os vínculos financeiros. Quanto à sua lógica competitiva, após referidas algumas das obrigações da televisão de serviço público para com a sociedade, torna-se fácil reconhecer que, pressupondo uma concorrência entre televisões privadas e televisões públicas a nível de audiências, esta será uma concorrência desleal, como afirma Manuel Pinto: «A desigualdade económica e mediática ataca o serviço público»<sup>3</sup>.

Quanto aos vínculos financeiros a televisão pública, no caso português, é quase na sua totalidade financiada pelo Estado. Com este tipo de financiamento torna-se fundamental não confundir Estado com Governo pois, caso estes dois sejam confundidos, corre-se o risco de esta suposta televisão de serviço público deixar de fazer serviço público e passar a fazer serviço político. É necessário que haja uma clara distinção entre comunicação política e comunicação pública, para que uma televisão governamental ou propagandística não seja tomada como televisão pública e vice-versa. A televisão governamental preocupa-se apenas com a divulgação dos interesses do governo do momento, enquanto que a televisão pública procura ter utilidade e corresponder aos interesses de toda a sociedade, alimentando o conhecimento cívico e fomentando a cidadania, de modo a garantir o debate (Gonçalves, s/d: 13). Ocorre com frequência a união destas duas formas de comunicação (comunicação política e comunicação pública). É o caso da RTP que mesmo «sob [uma certa] direção ou coordenação de poderes ligados ao Estado, pretende construir uma linha editorial focada no benefício do cidadão» (*Idem*: 18).

Porém, esta união nem sempre é pacífica. Os políticos, que são os principais responsáveis pela forma de financiamento do serviço público, estão atualmente sem saber o que deve ser o serviço público e como este deve ser financiado (Torres, 2011: 78). A união destas duas formas é um caminho ainda mais complicado do que auto-assumir-se enquanto televisão governamental, pois rapidamente se perde a verdadeira razão do serviço, já que este se torna apenas uma janela do órgão representante (Gonçalves, s/d: 18). Isto também se verifica no caso dos canais regionais.

---

<sup>3</sup> Colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*.

Segundo uma notícia do jornal *Público* a RTP-Açores «é o canal público que menos respeita pluralismo político-partidário» (*Público*, 2011), pois apresenta uma maior presença no ar do partido que sem encontra no poder, em relação aos partidos da oposição. Por exemplo, no dia 2 de agosto 2012 o telejornal da televisão de serviço público dos Açores (RTP-Açores) apresentou treze notícias, das quais sete falavam direta ou indiretamente de iniciativas governamentais e/ou das suas instituições. Acrescenta-se ainda que nesta edição do telejornal a notícia de abertura foi a inauguração de uma obra financiada pelo governo regional, sendo que a segunda notícia em destaque divulgava os pormenores/melhorias que esta mesma obra trouxe (a notícia em questão tinha como tema o novo aeroporto da ilha de São Jorge).

Já no dia 18 de março 2013 o telejornal da RTP-Açores foi constituído por dez notícias regionais (fora o tempo destinado somente às notícias de desporto), das quais três falavam diretamente da agenda do Governo Regional (Vasco Cordeiro acusa o Governo da República de estar sem rumo, Vasco Cordeiro inaugura o Parque Tecnológico da Horta e o vice-presidente do Governo Regional compara o défice regional ao défice da República). As restantes notícias diziam respeito a derrocadas, cortes de estradas, alertas e recolha de bens que resultaram do mau tempo que se fez sentir no arquipélago. Acrescenta-se que, para além destas notícias, foi divulgado que o Tribunal da Horta condenou a um agente da PSP por 10 anos, foi também noticiado o XIX Congresso da Lusofonia e foi transmitido um apelo, por parte da Associação de Proteção dos Animais, à disponibilização de famílias de acolhimento de animais. Verificamos que as notícias políticas e sobre as catástrofes provocadas pelo mau tempo foram destacadas.

Outro exemplo que podemos destacar é o dia 24 de março de 2013, no qual o telejornal regional apresentou nove notícias (fora o tempo destinado às notícias de desporto), das quais quatro estavam direta ou indiretamente relacionadas com questões políticas ou instituições públicas. Quanto às restantes notícias, duas delas falavam de questões fiscais e da reestruturação da oferta formativa dos enfermeiros e a última referia-se à romaria das mulheres na Fajã de Cima.

Neste sentido, o maior desafio da comunicação pública regional está em colocar a perspetiva de conjunto da sociedade e a ideia dos cidadãos acima das instâncias governamentais, privadas, mediáticas, pessoais e políticas. O objetivo é dar «mais poder para a sociedade, menos para os governos; mais comunicação, menos divulgação; mais diálogo e participação, dentro das possibilidades técnicas, a televisão de serviço público



deve permitir a realização de programas onde há a participação do público, menos dirigismo» (Gonçalves, s/d: 34). Em suma, o serviço público de televisão é um serviço constituído num ambiente de liberdade irrestrita democrática (*Idem*: 15) que pretende ser a solução para evitar o défice de informação, já que este acaba por levar a uma democracia deficitária (Nosty, s/d: 2).

Ou seja, com o objetivo de efetuar a manutenção da sociedade em geral, o serviço público desempenha funções democráticas, sociais, políticas e culturais que procuram assegurar vários princípios: garantir a formação gratuita e completa a cada cidadão; divulgar a opinião pública; representar os interesses económicos, culturais e ideológicos da sociedade; informar com objetividade e imparcialidade; preservar a pluralidade dos *media*; dar voz às opiniões e interesses regionais; fornecer conteúdos culturais, educativos e de entretenimento através de uma programação completa e equilibrada e garantir a boa qualidade da programação (*Apud* Ridinger, 2010: 29-30).

A objetividade necessária para haver uma certa harmonia na sociedade não é, normalmente, conseguida pelos canais privados, pelo facto de estes serem financiados, como já foi referido, por entidades privadas (que pagam para colocar publicidade no canal), que depois podem exercer pressões sobre os meios de comunicação que estão a financiar. A dependência da publicidade por parte de qualquer órgão de comunicação é um dos traços que limitam o exercício jornalístico (Stevanim, s/d: 3), já que, como refere Eduardo Cintra Torres, «as referências comerciais constituem uma perda da autonomia editorial» (Torres, 2011: 55).

Dotada de autonomia a nível da programação, a televisão pública faz as suas escolhas com preocupação de produzir programas de interesse, respeitando as divergências e os interesses do público, de modo a ir ao encontro da expectativa do cidadão, independentemente das audiências (Gonçalves, s/d: 15). Por outro lado, a televisão privada, apesar de teoricamente dever corresponder aos interesses públicos, trata o público como um mero consumidor e os seus programas como um simples produto, ao contrário da televisão pública que procura encarar os espectadores como cidadãos, sendo os seus programas são apresentados como instrumentos ao serviço dos cidadãos. Por isso, os programas que os canais privados produzem não têm outro objetivo se não o consumo em massa e o aumento das audiências, enquanto que «os conteúdos da televisão pública não têm sentido se não forem produzidos sob essa ótica [de interesse público]» (Stevanim, s/d: 9). Neste sentido, a competitividade que deve existir entre estes dois tipos de televisão deve ser a nível da qualidade e diversidade da

programação, ou seja, a televisão pública e a televisão privada devem distinguir-se uma da outra, oferecendo uma maior variedade de programação ao público.

A televisão pública deve ser percebida como uma maneira diferente de pensar a audiência, o jornalismo e a própria linguagem televisiva. Ela deve ser entendida pela sociedade como uma forma de alcançar a informação necessária para refletir e formar opinião sobre diversos assuntos. Deste modo, os canais de serviço público buscam preservar um maior grau de independência da sua programação para terem a liberdade de poderem criticar organismos políticos, empresas e instituições sociais, promovendo a reflexão e o debate público como forma de fomentar a cidadania na sociedade (Lima, 2005:11).

A televisão de serviço público desempenha, assim, na sociedade uma importante função social no âmbito da formação da opinião pública, enquanto que, nesta área, a televisão comercial ainda deixa muito a desejar com os seus programas de consumo fácil (Matos, s/d: 6).

Para além das obrigações anteriormente referidas, que distinguem, inequivocamente, os canais privados dos canais públicos, a televisão de serviço público tem também a obrigação de entreter os cidadãos. Um «entretenimento saudável e enriquecedor, que demonstre respeito à inteligência e [à] sensibilidade do telespectador» (Matos, s/d: 5), aspetos que são muitas vezes esquecidos pelos canais privados, já que estes têm apenas o lucro como objetivo. Especificamente a propósito do respeito pela sensibilidade do espectador, a televisão de serviço público deve condenar atos que incitem a sexualidade (Matos, s/d: 5) e não deve estimular, seja de que forma for, qualquer tipo de violência ou qualquer tipo de exploração que conduza à humilhação do ser humano.

Apresentadas estas características do serviço público dos meios de comunicação, torna-se inevitável concluir que este legitima o jornalismo enquanto profissão formadora de consciências e defensora de liberdades. Por outro lado, não é menos verdade que o jornalismo é indispensável para que os canais de serviço público consigam cumprir os deveres para os quais foram criados.

O jornalismo está sujeito a interesses comerciais, políticos e ideológicos (Stevanim, s/d: 4). Contudo, quando esta profissão segue o código deontológico e também o código ético, consegue ser usada para despertar as consciências e fomentar as liberdades, pois questiona os acontecimentos e procura respostas para eles. É uma profissão que «nasce desse exercício crítico e possui um carácter inicial combativo» e

não passivo (*Idem*: 3). Podemos dizer que o jornalismo serve de organismo de controlo das entidades, instituições e autoridades locais, o que permite ao *medium* de serviço público fomentar a democracia (Barnett, 2010: 46-47).

Para além deste importante contributo para os canais de serviço público, o jornalismo também se envolve diretamente com mais três áreas, que são estruturantes para os *media* de natureza pública: a da divulgação da informação considerada de interesse público, a da representação da opinião pública e a da denúncia ou campanha.

Como já foi referido, a salvaguarda da divulgação da informação necessária para o entendimento e participação dos cidadãos na sociedade é uma obrigação dos canais de serviço público. Neste sentido, o jornalismo e o serviço público de comunicação colaboram para desenvolver a cidadania e conseguem isso prestando uma informação equilibrada, plural e autónoma sobre temas de interesse público como as áreas sociais, política, cultural, entre outras (Lopes, s/d: 7).

Por outro lado, o jornalismo também deve assegurar a representação da voz do povo perante as elites locais e nacionais e é ele o responsável pela divulgação de campanhas ou reclamações, duas áreas que são fundamentais para o fomento da democracia e controlo das entidades, instituições e autoridades por parte dos meios de comunicação públicos.

Existem vários autores que procuram definir o que são e o que deveriam ser os meios de comunicação de serviço público. Alertam, sugerem e denunciam os erros repetidamente cometidos pelos meios de comunicação públicos, que os fazem desviar das suas origens.

No caso de C. Edwin Baker, ele refere que um dos maiores erros cometidos pelos meios de comunicação de serviço público surge quando estes sobrepõem a busca de benefícios e de audiências à criação de notícias e outros conteúdos que os cidadãos necessitam (*Apud* Barnett, 2010: 43).

No mesmo sentido, Christopher Bland defende a teoria de que o canal de serviço público não pode seguir o mercado, mas afirma que a concretização dos deveres de serviço público não é incompatível com a angariação de audiências. Ao contrário da maioria dos teorizadores, que colocam a “busca de audiências” como sinónimo de “busca do lucro” (*Apud* Serrano, 1998: 10), este ex-diretor da BBC defende que é possível seguir as audiências prestando uma maior atenção aos interesses e gostos destas e satisfazendo estes gostos após uma empenhada reflexão sobre os mesmos (*Ibidem*).

Manuel Pinto também apoia, em parte, a teoria de Christopher Bland, pois defende que os canais de serviço público devem esforçar-se para conseguir cativar a atenção do público (ganhar audiências). Ele aconselha os canais de serviço público, a propósito das estratégias de programação, a «apostar na diversão de forma inovadora e inteligente, como se provou ser possível com um programa como *A Visita da Cornélia*»<sup>4</sup>.

No fundo, este estudioso defende que o espaço televisivo de serviço público deve ser um espaço para novas experiências e novos formatos, diferente do panorama privado que mantém sempre o mesmo esquema de programação. A televisão de serviço público deve assim complementar a programação dos canais privados e não copiá-los.

O entretenimento num canal público tem intrínseca, pelo menos teoricamente, a divulgação da criação artística, científica e cultural. Por isso, segundo o estudioso Eduardo Cintra Torres, «programas para as minorias culturais e outras, programas documentais de vários tipos, ficção histórica ou outra, programas experimentais realizados com preocupações estéticas [...] alguma programação desportiva de interesse minoritário, [...] certa programação infantil e juvenil, [e] o cinema que os outros não passam» (*Apud* Lima, 2005:19) são o tipo de programação que deve fazer parte da grelha do entretenimento do canal de serviço público.

Por outro lado, existem estudiosos, como Eugênio Bucci, que defendem que a televisão pública não deveria produzir, nem difundir, programas de entretenimento. Eugênio Bucci chega ao ponto de afirmar que a televisão de serviço público «deveria declarar abertamente que não faz entretenimento», pois o entretenimento «como o vemos hoje vendido pela indústria é que desvirtua o caráter público» (*Apud* Stevanim, s/d: 9).

Estes e outros autores apresentam as suas teorias na esperança que os canais de serviço público se distingam inequivocamente dos canais de serviço privado, cumprindo os deveres e objetivos para os quais foram criados e para os quais são burocraticamente protegidos, apesar de, na maioria dos casos, na prática isso não se verificar.

---

<sup>4</sup> Colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*.

## 1.2. A qualidade que define o serviço público de televisão

Como se pode verificar, a expressão “programação de qualidade” surge associada à forma como os *media* de serviço público devem distanciar-se dos canais privados. Neste sentido, são muitos os estudiosos que apontam para o investimento em programas de qualidade em detrimento de programas de captação de audiência por parte dos meios de comunicação de serviço público.

Mas afinal o que é uma programação de qualidade? O que distingue um programa de boa qualidade de um de má qualidade? Qual é a linha que separa a programação emitida pelos canais privados da que deveria ser emitida pelos canais de serviço público?

A verdade é que este tema tem sido muito debatido nos estudos sobre televisão. Mas apesar do comum recurso a esta expressão, «os autores estão longe de chegar a uma única definição sobre o que é a qualidade na televisão» (Borges, s/d: 8).

Surgiram e surgem vários argumentos que definem diferencialmente o que é uma programação de qualidade. Existem estudiosos que definem a qualidade da programação com base na variedade de programas (*Idem*: 4). Outros afirmam que os programas de qualidade só são conseguidos perante altos custos de produção. Há ainda quem defenda que a qualidade de uma programação se define pelos índices de audiências do programa, enquanto alguns procuram englobar estas duas últimas teorias numa só, considerando os dois momentos do processo de comunicação, a produção e a receção (*Ibidem*).

No que diz respeito à defesa da televisão generalista como símbolo de programação de qualidade, existem vários estudiosos que afirmam que a boa programação advém da divulgação de vários tipos de programas (*Apud* Borges, s/d: 4). Segundo Mulgan, um dos defensores desta teoria, a televisão de qualidade deve oferecer uma variedade de programas, que se deve manter mesmo se, porventura, entrar em conflito com as leis de mercado ou de solidariedade social (*Ibidem*).

Ao analisarmos a televisão generalista reparamos que, se por um lado este tipo de televisão satisfaz as necessidades do público, privilegiando a programação que oferece uma grelha de programas capaz de contemplar diversas expectativas e satisfazer públicos distintos (*Ibidem*), por outro acaba por promover o enfraquecimento da criação de um laço social, outra função da televisão de serviço público, já que não existe a preocupação de criar programas que explorem os temas de interesse comum. Ou seja, o

canal generalista apresenta uma força contraditória de união e dispersão. No mesmo canal são disponibilizados programas infantis, programas informativos, programas culturais e programas de entretenimento, fazendo com que públicos variados partilhem este mesmo canal, mesmo tendo interesses diferentes. Porém, apesar de assistirem ao mesmo canal, como já foi referido, podem não partilhar os mesmos programas, os mesmos interesses, nem visualizam os mesmos conteúdos, o que faz com que não haja o fomento da criação de interesses comuns na sociedade.

Para além dos generalistas, devem ser também considerados os canais temáticos. Este tipo de canal à semelhança dos generalistas tem também aspetos positivos e negativos. São canais que transmitem durante todo o dia a mesma categoria de programas, como é o caso do canal Hollywood, EuroSport, Travel Channel, National Geographic Channel, Discovery Channel, Canal História, ArtTv, entre outros. Este tipo de canal apresenta uma programação extensiva e na generalidade considerada de boa qualidade sobre determinado tema. Porém, ao mesmo tempo que cria a união dos apreciadores de determinado assunto, acaba por provocar um afastamento deste grupo em relação àqueles que têm preferência por outros assuntos, o que não é um fenómeno pretendido pelos meios de comunicação de serviço público. Recorde-se que uma das obrigações dos *media* públicos é fomentar a união, o que o canal temático tem dificuldade em fazer por causa das suas características.

Quanto à teoria que associa os programas de qualidade aos altos custos, esta é questionada por ser possível usar uma grande verba para a construção de um programa sem que este tenha qualquer feição de programa de serviço público e não garanta “carimbo” de qualidade (*Ibidem*). Kerr é um dos estudiosos que defende esta teoria, pois acredita que o nível da qualidade é proporcional ao volume de dinheiro gasto na produção do programa (*Idem*: 5). Na verdade, este autor tem uma argumentação muito própria, que se apoia numa produção de qualidade que tem como base um investimento monetário «conforme os julgamentos de gosto de uma classe média alta, procurando representar o seu estilo de vida assim como contrastá-lo com uma pobreza que seja exótica» (*Ibidem*).

Quanto a exemplos que contrapõem a teoria defendida por Kerr, temos os *reality shows*, como a “Casa dos Segredos”, que são programas que requerem um grande investimento por parte da produtora e não são considerados programas de qualidade. Para além dos prémios avultados, este tipo de programa exige a construção de uma casa, devidamente equipada com câmaras e utensílios necessários para a permanência das

pessoas na moradia. Durante os meses de concurso, a produtora tem ainda de garantir a satisfação das necessidades básicas dos concorrentes e realizar galas todas as semanas. Os *reality shows* não são considerados programas de qualidade por não desempenharem nem uma função educativa, nem formativa, não transmitirem valores, nem fomentarem a união nacional. São programas com o efeito de “analgésico”, não têm outra função se não entreter de forma passiva e apática os telespectadores.

Outro exemplo que nega esta teoria são as telenovelas. O elenco é muitas vezes dispendioso e a produção também por vezes acarreta altos custos (contratação de maquilhadores, cabeleireiros, assistentes, etc). Ora, tudo isto não torna este tipo de programa um exemplo de serviço público, nem garante que seja um programa de qualidade.

No que diz respeito à questão da televisão de qualidade ser vista como aquela que utiliza material proveniente da literatura, do teatro e do cinema, esta não é uma teoria menos controversa que a da qualidade proporcional à quantia gasta. Alguns autores contestam-na, «afirmando que a simples utilização de material proveniente de outros meios artísticos não agrega valor qualitativo a uma obra televisual» (*Ibidem*).

Esta definição torna-se insuficiente para definir a produção de qualidade na televisão, já que a verdade é que muitos programas já são pensados e produzidos com vista à divulgação através deste *medium*, a televisão. Esta teoria aponta para a cultura de elite como sinónimo de manifestações de qualidade, enquanto que a cultura popular é colocada no patamar de objeto de consumo barato e sem qualidade (*Idem*: 6).

Porém, esta qualificação não é apoiada por todos. No caso de John Walker, ele defende que existe cultura de boa e de má qualidade tanto na cultura de elite como na popular (*Ibidem*), ou seja, o facto de determinada cultura pertencer a uma classe considerada superior não implica que esta cultura seja melhor. Na verdade, existem até vários exemplos de manifestações culturais originalmente populares, como é o caso do fado, que atualmente são assimiladas pela cultura de elite. Recorde-se que o fado, que antes era interpretado em pequenos cafés de bairro, pode agora ser visto em grandes teatros e até coliseus.

Centrando-nos, novamente, nas teorias que definem o que é programação de qualidade, existe quem acredite que os melhores programas são definidos pelas audiências. Esta é uma teoria que tem sido usada pelos canais comerciais. Eles defendem que para identificar os programas de qualidade é necessário analisar as preferências dos telespectadores e os índices de audiência dos programas (*Ibidem*). Não

é coincidência que os canais privados defendam essa teoria, já que a sua programação é constituída tendo em conta as audiências e o lucro.

Contudo, não nos podemos esquecer que existem muitos programas com altos índices de audiências que não são necessariamente programas de qualidade e muito menos de serviço público, como é o caso de telenovelas e dos *reality shows*, atrás referidos. Outro elemento que devemos ter em conta é o facto de as pessoas assistirem a um programa muitas vezes, porque este desperta algum tipo de interesse ou curiosidade e não porque tenha um conteúdo de qualidade (*Ibidem*).

No caso específico da qualidade, associada aos *media* públicos, esta surge ligada à inovação, ao risco, à criatividade, ao diálogo e à reflexão com relevância social, à autenticidade e à riqueza expressiva daquilo que se emite (Duque *et al*, 2011:12).

Se falarmos especificamente do canal de serviço público britânico, a BBC, a programação de qualidade ou de serviço público é vista como aquela que apresenta propostas inovadoras, ideias que ainda não tenham sido exploradas, assim como «uma boa audiência que dê credibilidade para continuar inovando» (Borges, s/d: 6). Esta perspetiva leva-nos à definição de programação de qualidade que tem por base a procura do papel social da televisão no mundo contemporâneo. Esta ótica enfatiza o papel cívico-social que a televisão pode desempenhar ao agir numa comunidade, por exemplo promovendo debates. Segundo Mulgan, um dos defensores desta teoria, «a qualidade de um programa está relacionada à sua habilidade de cumprir a sua função de promover o envolvimento de uma comunidade» (*Idem*: 7)

Contudo, o facto de um programa estimular a união da comunidade não implica que este seja de qualidade. Por exemplo, a televisão governamental, aquela que apenas transmite o que quem está no poder quer transmitir, tem como principal objetivo a união nacional.

Por outro lado, Mepham apresenta outra definição em que a qualidade está relacionada com a preservação do pluralismo cultural e com o estímulo à democratização da sociedade, ou seja, para ele a programação da televisão para ter qualidade precisa de ter uma missão social (*Idem*: 8). Neste sentido, um canal para congregar uma programação de qualidade deve conter nele várias «histórias que podem ser úteis no desenvolvimento tanto da personalidade e como da vida social» (*Ibidem*) dos cidadãos, ou seja, um canal de serviço público (canal que, supostamente, apresenta programas de qualidade) deve apresentar uma programação que alerta para questões



políticas e sociais, estimula as relações sociais e até fomenta o próprio autoconhecimento.

Analisando mais profundamente a teoria sobre a programação de qualidade que tem como base o papel social que a televisão desempenha, conclui-se que esta define a qualidade a partir do plano da expressão, o plano do conteúdo e a mensagem audiovisual (Borges, 2007:3).

A análise do plano da expressão engloba vários factores: códigos visuais, que incluem movimento e enquadramento das câmaras, iluminação, cenário, atuação do elenco, guarda-roupa e maquilhagem; códigos sonoros, que dizem respeito à narração, diálogos e efeitos sonoros; códigos sintáticos, como a edição e ritmo do programa; e por fim os códigos gráficos, que vão desde os genéricos aos grafismos e rodapés (*Ibidem*).

Quanto ao plano do conteúdo, serve para verificar se os programas promovem valores democráticos relacionados com o exercício da cidadania, se estimulam a participação sociocultural do público e se cumprem as suas funções educativa, informativa e de divulgação. A nível do exercício da cidadania procura-se saber se os programas produzem valores que contribuem para a formação de mentalidades, ou seja, se há o desenvolvimento de valores cívicos, éticos e da consciência crítica no público infantil e juvenil. Quanto aos critérios relacionados com a participação sociocultural, deve-se verificar o estímulo e facilitação da interatividade de modo a que seja despertado o interesse e participação do público (*Idem*: 3-4).

No fundo, são avaliados os modos de receção e produção de conteúdo para as crianças e adolescentes, o recurso a variados meios de comunicação, como a Internet e o telemóvel, a promoção da língua, da cultura e dos valores nacionais e o «cumprimento das funções educativa, informativa e de divulgação» (*Idem*: 4).

Já no plano da mensagem audiovisual são avaliados vários parâmetros que são, no fundo, regras fundamentais para a construção de uma notícia. Estas regras são: a relevância ou redundância da informação; a seriedade do tratamento e divulgação da informação/contéudo; a objetividade com que a informação é dada; o interesse que estes conteúdos poderão ter para a população; a finalidade com que o conteúdo é transmitido; a credibilidade das fontes e do meio que transmite; a eficiência/ estímulo ao pensamento que o conteúdo provoca; a adequação e identificação da audiência ao conteúdo divulgado e a diversidade de pontos de vista que é transmitida (*Ibidem*).

Perante estas várias teorias, podemos concluir que não existe uma definição clara e inequívoca sobre o que é um programa de qualidade. Existem vários planos que,

por sua vez, se dividem em parâmetros que indicam se um programa tem alguma qualidade ou não.

Contudo, a avaliação de cada plano não deixa de ter uma grande margem de relativismo. Continuamos sem saber que características determinado programa precisa conter para ser considerado de qualidade, não sabemos se precisa de ter uma avaliação positiva em todos os parâmetros ou só em alguns, desconhecemos se alguns parâmetros são mais importantes que outros ou se existem parâmetros que definem automaticamente se um programa é de qualidade ou não.

Também verificamos que os parâmetros de qualidade da programação variam consoante a natureza do canal, podendo até contraporem-se. Por exemplo, uma programação de qualidade num canal de serviço público tem que ser generalista, já que esta característica é necessária para este tipo de canais cumprir a sua missão na sociedade. A exceção dá-se se a entidade que tem a missão de televisão de serviço público dispuser de vários canais que abrangem as diversas áreas de interesse para a sociedade. Por outro lado, os canais temáticos não devem ser, obviamente, generalistas, pois o seu objetivo não é esse. Os canais temáticos, para que a sua programação seja considerada de qualidade, têm de divulgar programas em que a temática a que se dedicam seja tratada de forma perceptível, centralizada e aprofundada.

Tratando concretamente da programação de qualidade nos canais de serviço público podemos retirar como parâmetros necessários: a criatividade que os programas têm; a relevância dos conteúdos explorados, temas pertinentes e atuais, que despertam o interesse da sociedade a nível da reflexão e do debate, fomentando a participação sociocultural do público e o exercício da cidadania; o dinamismo e inovação da programação ao longo dos anos; os valores cívicos, éticos, culturais e democráticos difundidos e fomentados nos programas e a perspetiva generalista dos conteúdos divulgados, realçando a pluralidade e diversidade.

Esta vastidão dos parâmetros de qualidade se por um lado faz com que mais programas sejam considerados de qualidade, por outro acaba por dificultar a escolha dos programas para a grelha dos canais de serviço público, já que os selecionados devem ser aqueles que mais parâmetros preenchem. Ou seja, quantos mais parâmetros determinado programa preencher, melhor qualidade terá e melhor irá desempenhar o seu papel de serviço público.

### 1.3. O modelo da BBC: breves referências

Como vimos anteriormente, são muitos os que afirmam que «o único exemplo no mundo de televisão pública considerada livre e independente é a inglesa BBC» (Matos, s/d: 4), pelo que este canal tem sido estudado e usado como exemplo em vários artigos, palestras e colóquios, por diversos estudiosos desta área.

A verdade é que a British Broadcasting Corporation (BBC) desde a sua implementação que se mostra preocupada com a produção de programas de qualidade (Borges, s/d:1). A BBC tem contribuído para cinco propósitos públicos, baseados na objetividade, rigor e transparência: uma cidadania ativa; uma cultura e criatividade características; uma aprendizagem revolucionária; uma conexão entre comunidades, ao mesmo tempo que representa o Reino Unido no mundo (Smith, 2010: 166).

É um canal conhecido pelos seus programas de qualidade, os quais apresentam conteúdos que respondem às necessidades sociais, culturais e democráticas (Humphreys, 2008: 71). Defender os programas considerados de boa qualidade e acessíveis a grande número de pessoas foi, deste modo, instituído como real objetivo deste canal (Serrano, 1998: 7).

A BBC tem, então, a responsabilidade de «oferecer um serviço de comunicação de massa com programas de qualidade para todos os cidadãos» (Borges, s/d: 1-2). No fundo, este canal assumiu a responsabilidade de cumprir o já referido trio – educar, entreter e informar – de modo a enriquecer a vida dos cidadãos britânicos, como é o dever de qualquer canal de serviço público (Matos, s/d: 4).

Neste sentido, elaboramos uma breve descrição de características e percursos relevantes do canal, que poderão servir para aclarar o sentido de programação de qualidade ou o conceito de serviço público de qualidade.

A BBC inglesa surgiu em 1922, como um modelo televisivo que se recusava a subjugar ao controlo político do governo e que se negava a ter como objetivo o lucro. As emissões experimentais da BBC começaram a 30 de Setembro de 1929 e duravam meia hora por dia, cinco dias por semana (Teves, 1998: 9). O serviço da BBC é «financiado pelas taxas anuais pagas pelas famílias que possuem televisores» (Borges, s/d: 1-2) e isso permite que este canal tenha a liberdade de servir os cidadãos, não tendo de se preocupar com os interesses dos acionistas.

Como já foi referido, o financiamento da BBC resulta da cobrança de uma taxa e tanto «esta cobrança, como a instituição de um conselho curador independente e

pluralista, corroboram com a edificação de um padrão de qualidade nos conteúdos produzidos pela emissora» (Matos, s/d: 4).

Contudo, nem a BBC conseguiu escapar às críticas dos estudiosos que procuram definir e certificar que os canais de serviço público apresentam uma programação de qualidade. Os mais cépticos apontaram a adaptação da BBC às novas tecnologias como uma entrada deste canal de serviço público na área dos privados, o que levaria a uma conseqüente perda de qualidade da sua programação.

A conjuntura britânica, após cinco anos da quebra do monopólio da BBC, que resultou no surgimento da Independent Television (ITV), foi analisada no Parlamento Britânico e tornou-se pública, em 1962, com o Relatório do Pilkington Committee (Borges, s/d: 2). Para além deste relatório, em 1988, o governo britânico publica um White Paper, intitulado “Broadcasting in the 90s: Competition, Choice and Quality” que trouxe a questão da qualidade em *broadcasting* para a agenda política (Borges, s/d: 3). No final dos anos oitenta deparamo-nos com a crise de serviço público na Europa. Uma crise gerada pelo surgimento de diversos canais privados. A evolução económica e tecnológica da área televisiva proporcionou que, cada vez mais, os Estados-Membros autorizassem a entrada de outros operadores neste sector<sup>5</sup> e estes divulgavam aquilo que o público queria ver, sem ter qualquer preocupação social. Os canais públicos, ao tentarem fazer concorrência aos privados, começaram a esquecer os princípios pelos quais foram criados, gerando a necessidade de redefinir e aclarar as funções e deveres da televisão de serviço público, «ao mesmo tempo, o aumento da concorrência, juntamente com a presença de operadores financiados pelo Estado, conduziu igualmente a preocupações crescentes em termos de igualdade de condições de concorrência»<sup>6</sup>.

O Relatório Pilkington Committee analisou a situação televisiva no Reino Unido, enfatizou as funções e valores que deveriam nortear a televisão e abriu ainda espaço para haver inovações no sector (Borges, s/d: 2). O desafio de inovar foi aceite pela BBC. O canal rompeu as características habituais de uma televisão de serviço público, tornando-se o primeira estação deste género a aumentar a sua gama de canais com o objetivo de satisfazer as necessidades de todos os públicos. Foram criadas, para isso, diversas plataformas temáticas, como a BBC3 (canal juvenil), CB-Beebies (canal

---

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras e matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão, 2009, ponto 1, alínea 2.

<sup>6</sup>*Idem*, alínea 3.

infantil), CBBC (canal educativo), BBC4 (canal cultural), BBC Parliament (canal político) e a BBC news 24 (canal de notícias), de modo a captar mais audiências.

À parte da criação desta variada gama de canais, a BBC criou a Audience Research Unit, pois, como começou a competir com a ITV, sentiu a necessidade de verificar o grau de aceitação dos seus programas e o envolvimento dos telespectadores com a sua programação (*Idem*: 6).

No fundo, este canal britânico de serviço público aproveitou a liberdade criativa para proporcionar novas experiências ao público, sem descuidar da opinião do público, já que este tinha o direito de escolher e a responsabilidade de julgar os programas divulgados (*Idem*: 2).

O Broadcasting Act foi promulgado em 1990 e os sistemas de produção da BBC e da ITV passaram a ser geridos por produtoras independentes que, ainda no decorrer dos anos 90, forneciam 25% de todo o material veiculado pelos canais (*Idem*: 3).

Contudo, apesar de esta ter sido uma medida governamental com vista à preservação da qualidade da programação, persistem ainda dúvidas quanto ao alcance e à solidez do sistema financeiro da BBC no futuro (Humphreys, 2008: 57-58). Outras dúvidas que surgem dizem respeito à necessidade de redefinir a missão de cumprimento de serviço público, por considerarem que a definição que deu origem à BBC – responder às necessidades sociais, culturais e democráticas – se tornou insuficiente ou pouco clara.

Para combater essas dúvidas, a 1 de janeiro de 2007 renovou-se a Carta da BBC para os dez anos seguintes e lá se estabelecem e definem os objetivos e funções gerais da BBC (Smith, 2010: 155). A Carta da BBC baseia-se num acordo entre o canal e o Governo, no qual se estabelece o modo como a BBC cumprirá as suas obrigações gerais e os objetivos que terá de atingir. Esta renovação da carta, no fundo, leva o governo a proporcionar uma clara divisão de funções entre gestão da BBC e os seus reguladores (*Idem*: 169).

Outra questão que tem sido debatida, que coloca em causa a qualidade do serviço público deste canal, tem por base o lançamento da plataforma *online* da BBC (BBC Freeview). Esta plataforma foi a maior impulsionadora da TV digital no Reino Unido; contudo, a sua criação levou a que os mais conservadores afirmassem que se deveria restringir as possibilidades de expansão das atividades dos *media* de serviço público (Humphreys, 2008: 62).

A abertura da BBC à era digital desencadeou críticas que consideravam que o canal estava a entrar num campo que se restringe ao sector privado (*Idem*: 63) e por isso a comissão sentiu necessidade de intervir, alertando que a BBC online deveria continuar a distinguir-se das emissoras comerciais. Houve inclusive quem sugerisse que o canal passasse a ser financiado somente por subscrições, deixasse de ter qualquer privilégio e neste sentido competiria com as outras emissoras e não lhe seriam impostas obrigações. Contudo, o Department for Culture Media and Sport, que tem como objetivo manter a solidez da BBC, não deu muito crédito a estas propostas (Smith, 2010: 163).

A BBC procurou proteger-se das queixas acerca das atividades comerciais, inovando e clarificando as competências do novo serviço segundo a lei (Humphreys, 2008: 63). Na verdade, apesar das insinuações e críticas à aparente entrada da BBC na área destinada ao sector privado, a qualidade da programação do canal nunca foi posta em causa.

Segundo Lúcio Mesquita, «semanalmente, mais de 90% dos britânicos utilizam algum produto da BBC» (*Apud* Matos, s/d: 4) por reconhecer a qualidade da sua programação. Contudo, os críticos afirmavam que os canais *online* faziam aumentar os custos que não eram compensatórios, tendo em conta a reduzida audiência (Humphreys, 2008: 67). Todavia, os organismos públicos de radiodifusão continuam a defender que a sua expansão para o *medium* digital proporciona um serviço público importante, que terá ainda mais relevância no futuro do que na atualidade (*Ibidem*).

Porém, apesar de os entendidos na matéria preverem uma crescente importância do serviço público na plataforma da internet a longo prazo, ela fez-se sentir rapidamente, com a enorme adesão e uso dos *media* digitais via satélite, cabo ou de transmissão terrestre (Smith, 2010: 162).

O surgimento da televisão digital levou a um aumento do número de canais disponível e a uma maior escolha quanto à plataforma a ser utilizada pelo espectador (*Idem*: 156). Esta expansão, ao mesmo tempo que deu mais poder aos *media*, também gerou uma relação de “amor-ódio” entre estes e os políticos/governo.

No Reino Unido, aumentou tanto o número de notícias como o número de fontes políticas e consequentemente os políticos ganharam destaque na agenda noticiosa (*Idem*: 159). Passou a haver uma cobertura favorável dos *media* aos assuntos políticos e o Governo passou a ter pouco a ganhar ao tomar medidas que poderiam ser interpretadas como um ataque contra a BBC.

Assim, esta expansão, que levou inicialmente ao questionar do futuro da BBC, acabou por ser uma garantia de futuro para o canal. O canal assumiu um estatuto de criador de valor público com uma BBC forte que se pauta por ser editorialmente autónoma e independente do Governo (*Idem*: 161).

As tecnologias foram vistas como uma ameaça para o futuro da televisão pública, porque se disponibilizavam mais canais e, conseqüentemente, haveria mais concorrência. Mas a BBC viu o lançamento da Freeview como uma oportunidade para se reformular de modo a proteger tanto os seus interesses comerciais como consolidar-se como uma BBC forte e independente do governo (*Idem*: 169). Garantiu o seu reconhecimento como o exemplo de canal de serviço público investindo em 3 frentes: a preocupação em manter a qualidade da sua programação, inquestionável; a vontade de crescer e a inovação na oferta de programação e serviços; e a capacidade de se reestruturar e de se adaptar às novas tecnologias e conjunturas, abrangendo um público cada vez maior sem perder qualidade.

Estas três frentes referidas são no fundo as grandes falhas da RTP, já que o canal não investiu ao longo dos anos a nível da qualidade da sua programação, sendo inclusive acusado de falta de isenção. A nível da inovação na oferta da programação, peca por adotar programas que são meras cópias dos canais privados e a nível da adaptação às novas tecnologias esta vai acontecendo muito lentamente, porque o próprio canal cria resistência à sua adoção.

## **2. RTP: O Canal Público Português**

### **2.1. *Media* de serviço público e *media* privados: a Crise de Identidade**

Em Portugal, a Lei da Televisão estabelece obrigações tanto para os operadores públicos como para os operadores generalistas privados (Torres, 2011: 85). Contudo, estes últimos não são considerados prestadores de serviço público, por não darem prioridade a essas obrigações em detrimento dos interesses financeiros do canal. A verdade é que não se espera que os canais generalistas privados optem, como política prioritária, pela promoção do interesse público (Lopes, s/d: 4).

Como já foi referido, os canais privados têm como principal finalidade o lucro, ou seja, este tipo de canal desempenha uma atividade económica em busca de bons resultados económico-financeiros (Matos, 2011: 2-3). Para isso, os canais privados e as emissoras que usufruem de concessão para exploração comercial dos canais de televisão estruturam uma estratégia que se destina à captação de público, à manutenção da atenção do público e à venda das audiências, como moeda de troca ao mercado publicitário, que lhes dá receitas (*Idem*:1-3).

A União Europeia, com os seus fundos, procura proteger os *media* de serviço público garantindo os direitos nacionais e europeus (Ridinger, 2010: 30) com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade. Necessidades estas que os outros canais não pretendem satisfazer por não ser uma produção lucrativa a nível financeiro. Enquanto os canais privados buscam o lucro a nível monetário, os canais públicos têm de procurar atingir o retorno com o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, os canais públicos procuram contribuir para a harmonia da sociedade através do enriquecimento intelectual e crítico dos seus cidadãos.

É importante para o reforço da identidade do canal, enquanto televisão de serviço público, que ele se distinga da programação dos canais privados, para que o seu papel na sociedade não seja confundido ou até desvalorizado.

Atualmente, assistimos ao sistema dos *media* a ser arrastado pelo ânimo do lucro e como consequência estes não salvaguardam corretamente os processos sociais, políticos e económicos, nem os valores presentes nos códigos de conduta do jornalismo (Jakubowicz, 2010: 226).



A transformação dos *media* públicos em instituições de negócios faz com que estes meios de comunicação, supostamente ao serviço da cidadania e da democracia, contribuam para a distorção destes valores em vez da sua manutenção (*Idem*: 227).

A crise identitária dos *media* de serviço público surge da descaracterização deste tipo de canal. A degradação e desleixo do cumprimento das obrigações de serviço público em detrimento da busca incessante pelos lucros, que é imposta pelas leis de mercado, acabou por aproximar em demasia as características dos canais privados e dos canais públicos.

Manuel Pinto, no colóquio sobre *Serviço público: Limites e Desafios*, reforçou o alerta para este problema, que se verifica em vários canais de serviço público da Europa, que é a perda de identidade do canal público. Como exemplo deste processo, Felisbela Lopes aponta a acumulação de dívidas, uma grelha de programação que mais parece um clone dos canais privados e a parcialidade no tratamento de assuntos políticos – um retrato que poderia aplicar-se à RTP (Lopes, s/d: 1) e utilizou o exemplo da BBC como o caminho a seguir. Francisco Rui Cádima, por sua vez, chegou ao ponto de afirmar, neste mesmo colóquio, que nos «encontramos numa falência quase generalizada da comunicação social».

Nas nações europeias, onde os *media* de serviço público têm mais proteção social, já se questiona o seu futuro (Nosty, s/d: 1). A existência do serviço público é questionada perante dois contextos totalmente distintos. Por um lado, se as operadoras públicas se encontram com problemas financeiros, como é o caso da empresa RTP, um elevado número de pessoas aponta o dedo e denuncia o financiamento dos *media* públicos como um desperdício a ser reduzido. É visível, a partir das discussões que têm surgido em torno da temática, que há dúvidas quanto ao futuro dos *media* públicos, quanto à solidez do seu financiamento e a nível da definição e cumprimento da sua missão (Humphreys, 2008: 57-58).

Segundo Manuel Pinto, um dos fatores está a matar o serviço público é a má gestão dos recursos, sendo que não faz sentido «um canal privado emitir programas ditos de serviço público, porque o Estado paga para isso. Este dinheiro poderia ser investido nos canais que foram especialmente criados para a divulgação desse tipo de programação»<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Colóquio sobre *Serviço público: Limites e Desafios*.

Por outro lado, se o *medium* público se sustenta com a alta audiência e sem problemas de financiamento, como é o caso da famosa BBC, é criticado e combatido pelas críticas que afirmam que os interesses comerciais e mercantis estão a prevalecer sobre os políticos e culturais (Nosty, s/d: 1).

É, por isso, necessário delimitar o espaço de serviço público, segundo Eduardo Cintra Torres: da mesma maneira que o público se distancia do privado, o canal de serviço público tem de se afastar da programação dos canais privados. Verificamos que é na área da informação que a televisão pública adquire uma posição de referência e utilidade social (*Idem*: 2) e por isso esta é a área que deve ter um grande investimento por parte desse tipo de *media*.

Nesta linha de raciocínio, verificam-se duas tendências que levam a uma crise identitária por parte dos canais públicos. A primeira é a “cópia” que os canais públicos estão a fazer da programação dos canais privados. Prova disso é o facto de a «programação de arte e cultura, a cultura geral e conhecimento ser residual na RTP1 [4%]» (Torres, 2011: 55). A tentação da clonagem relativamente aos programas produzidos e/ou divulgados pelos privados tem sido visível, por exemplo no caso das telenovelas, devido ao resultado da boa recetividade do público. Estas passaram a fazer parte da grelha da RTP<sup>8</sup>, são o *ex-libris* das audiências dos canais privados e ocupam o horário nobre dos canais. De facto, «a telenovela está para a televisão de referência, tal como a literatura de cordel está para a própria literatura» (Cádima, s/d: 212), ou seja, a telenovela e a literatura de cordel cativam e atraem as massas.

Podemos dizer que a RTP está longe de ser a “televisão de referência” ou a “fonte de programação alternativa à televisão comercial”, prometidas pela empresa no contrato de dezembro de 1996 (Lopes, s/d: 3). Na verdade, apenas a RTP2 tem de algum modo criadas as condições para um reforço da programação científica e cultural e, por isso, segundo Rui Cádima, «com excepção da RTP2, todos os canais generalistas estão comprometidos» (Cádima, s/d: 211-212).

A segunda tendência que leva à crise identitária dos canais de serviço público surge do recurso à publicidade. Como forma de complementar a incapacidade do Estado em manter os investimentos da TV pública, a RTP1, por exemplo, «dedica mais tempo à publicidade [11%], autopromoções e tele vendas» do que à divulgação de programas

---

<sup>8</sup> Veja-se o caso recente da série “Sinais de Vida”.

culturais (Torres, 2011: 55), o que conseqüentemente gera um condicionamento do significado da prestação de serviço público (Lima, 2005: 15).

É verdade que a comercialização do sector audiovisual levou a uma diminuição a nível geral da qualidade e as audiências são tratadas como consumidoras em vez de cidadãs. Contudo, cabe aos canais de serviço público contradizer a lógica do mercado, dando lugar a uma participação ativa e ao controlo do conteúdo por parte dos consumidores de televisão<sup>9</sup>. É contradizendo a massificação que se consegue manter firmes os alicerces dos *media* de serviço público, ou seja, a busca pela satisfação dos gostos do público e a sobreposição da cidadania ao consumismo, que são dois dos grandes objetivos dos canais que pretendem ter um conteúdo pluralista e não comercial (Ridinger, 2010: 23).

O Parlamento Europeu reconhece que os serviços públicos de audiovisuais são fundamentais para as pessoas se familiarizarem com a diversidade cultural e garantir o pluralismo e o diálogo democrático (Jakubowicz, 2010: 226). Por isso, os Estados-membro da União Europeia têm que tomar medidas para apoiar os serviços de comunicação públicos de elevada qualidade, capazes de oferecer uma verdadeira alternativa à programação dos canais comerciais.

A televisão de serviço público tem obrigações a cumprir, mas esse processo de distinção do serviço privado deve ser, por um lado, levado a cabo pelos canais de serviço público e, por outro, esta busca pela qualidade tem também de ser exigida pelo público (Serrano, 1998: 11). Recorde-se que o Tratado Europeu afirma a necessidade de comprovar o cumprimento das normas de qualidade e diz que a responsabilidade de fiscalizar esta qualidade é do Estado-membro (Ridinger, 2010: 37): «Em conformidade com o Protocolo de Amesterdão, cabe ao Estado-Membro escolher um mecanismo que garanta um controlo eficaz do cumprimento das obrigações de serviço público»<sup>10</sup>.

Este fenómeno de crise identitária do serviço público leva a uma antítese na discussão sobre a existência de serviço público. Por um lado, existem muitos autores, como Pedro Manuel Coelho, que acreditam que a televisão de serviço público existe para servir os cidadãos, contribuindo para a formação da cidadania destes (*Apud* Lima, 2005: 11-12). Por outro lado, existem descrentes, como é o caso de Jorge Pedro Sousa, investigador da Universidade Fernando Pessoa, que defende que não faz sentido falar de

---

<sup>9</sup> Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras e matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão, 2009, ponto 1, alínea 5.

<sup>10</sup> *Idem*, ponto 6.1, alínea 54.

serviço público de televisão, pois todos os canais são públicos já que tanto os ditos privados como os públicos estão acessíveis a todas as pessoas (*Apud* Lima, 2005:13). Esta perspetiva de Jorge Pedro Sousa torna-se irrisória tendo em conta que se os canais privados e os canais públicos tivessem as mesmas funções e as mesmas exigências esta discussão sobre a problemática do serviço público de televisão não teria razão de existir.

Eduardo Cintra Torres, ao falar sobre a problemática da crise identitária dos canais de serviço público, aponta que «a TV pública, por toda a Europa, forneceu literalmente circo, futebol e canções para entreter o povo» (Torres, 2011: 81). É notório que a maioria dos canais de serviço público está a atravessar uma forte crise de identidade. Têm de ser levadas a cabo as devidas reformas estruturais, o serviço público tem de ser pensado mais como conteúdos e não como quotas de enchimento de grelhas de programação (*Idem*: 87). A televisão pública e a televisão privada podem coexistir diferencialmente. Por serem de naturezas tão diferentes, cada uma tem o seu espaço próprio na esfera mediática.

São necessários melhores mecanismos de defesa do serviço público para que este tenha liberdade e independência suficiente para cumprir a sua missão: «Un enfoque más constructivo, más ajustado al nuevo mundo de los medios y a las nuevas realidades de la economía» (Barnett, 2010: 45). Contudo, não é somente a proteção da competência de um *medium* que garante o seu pluralismo. As medidas de proteção não são as únicas condições necessárias, nem suficientes, para fomentar a diversidade.

É necessário que o *medium* também disponha de mecanismos técnicos para cobrir adequadamente todas as áreas e assuntos de interesse público, sejam eles assuntos dos transportes, da saúde ou até da justiça criminal (Ferreira, 1996: 21).

Tem de haver mudanças que comprovem a importância deste serviço para a sociedade: «Não basta [...] renovar logotipos ou certos programas, nem proclamar, em antena, que a televisão de serviço público pertence a todos os cidadãos» (Lopes, s/d: 8).

Como já foi dito, não se espera que os canais privados adotem, como política prioritária, a promoção do interesse público, por isso cabe aos canais de serviço público serem a «fonte de progresso, elo de união social e embrião da identidade nacional» (*Idem*: 5).

Por outro lado, tomando o canal de serviço público esta missão de responsabilidade social como prioridade, a rentabilidade económica deixa de ocupar o primeiro plano. Seria utópico pensar que, numa sociedade contaminada pelo sistema de consumo, uma estação que apresenta uma programação de qualidade («uma

programação de qualidade é cara, muito cara», *Ibidem*: 8) proporcionaria as mesmas receitas que a estação privada pode alcançar, já que a compatibilidade entre o mercado e o interesse geral sempre foi difícil e continua a sê-lo (Silva, s/d: 132) .

Neste sentido, o serviço público deve concentrar-se na divulgação e no desenvolvimento dos valores da sociedade e para isso deve primeiro conhecer os princípios da sociedade em que está inserido com o mínimo de exatidão, recorrendo a resultados de investigações de académicos ou às declarações de intenção das associações cívicas (*Idem*: 130). Para além disso, os *media* públicos devem ter inculcidos o dever de evitar ofender tanto os valores morais como os políticos dominantes, já que os ataques não fundamentados ou ofensas às autoridades são considerados atos criminosos e um atentado contra os códigos morais (*Ibidem*).

Outra preocupação que os *media* de serviço público devem ter é evitar o sensacionalismo, ou seja, proporcionar uma visão completa e objetiva dos factos (Silva, s/d: 130), dando destaque à informação, às notícias relacionadas com os povos em desenvolvimento da sua área geopolítica, em vez de perderem tempo com escândalos ou opiniões que apenas têm como objetivo a desestabilização político-social.

Os *media* de serviço público têm de ser mais do que um meio de divulgação de informação, têm de ser um espaço simbólico de liberdade e de racionalidade que possibilita a cada um de nós conhecer-se a si e ao outro (Esteves, s/d: 6), ao contrário dos *media* privados que, por usualmente apresentam programas uniformes, vazios e sem significado, levam à formação de seres sem profundidade («seres sem profundidade, que pela acção dos media se tornam uniformes, vazios, sem significado nem qualquer tipo de relação com o passado», *Idem*: 3).

Como já foi anteriormente referido, a estratégia de mercado do serviço público deve ser a preocupação social. Neste sentido, com o objetivo de conciliar o mercado com o interesse geral, a responsabilidade social deve ser vista como «parte do desenvolvimento do negócio, da estratégia competitiva e de *marketing*» (Marcellino, 2006: 86).

Perante o mercado, um canal que adota a responsabilidade social como estratégia deve proteger e fortalecer a imagem da marca e a sua reputação, favorecendo uma imagem corporativa positiva. Para além disso, o canal deve ter a preocupação de diferenciar a sua marca ou empresa, para que possa ser facilmente reconhecida no mercado e conseqüentemente valorizada, como é o caso da BBC.

Uma das técnicas utilizadas para haver um reconhecimento da marca pela sociedade é o desenvolvimento de ações sociais e iniciativas que apoiem projetos ligados a causas sociais, pois estes geram uma visão positiva da empresa (*Idem*: 88). Este poderá ser um caminho a seguir por parte dos canais de serviço público, para conseguirem atrair e reter audiência/público (*Ibidem*).

No fundo, a comunicação é a alma das estratégias de Responsabilidade Social (Marcellino, 2006: 97) e é por isso que a importância do serviço público de comunicação é afirmada, por exemplo, pelo sociólogo britânico Anthony Giddens que «afirma que a Comunicação está no cerne da formação do sentido e na construção e desconstrução da sociedade e de seus movimentos sociais» (*Idem*: 97). Não nos podemos esquecer que a comunicação está na base da democracia e os *media* públicos desempenham, por isso, um importante papel de manutenção do sistema.

Deparamo-nos, assim, com uma antítese: por um lado, há a vontade de preservar os *media* de serviço público, devido ao reconhecimento, em teoria, do papel destes meios na sociedade; por outro, há a vontade de terminar com estes canais porque não estão a cumprir com seu objetivo e estão a ser um desperdício de recursos.

Os meios de comunicação de serviço público, ao deixarem levar-se pela tendência de clonagem da programação dos canais privados, perdem a sua importância na sociedade. Os canais de serviço público, ao não desempenharem a sua função de reguladores político-sociais, passam a ser um desperdício de recursos do Estado. A sua razão de existir desaparece e o seu futuro compromete-se. Esta situação aponta para um desaparecimento progressivo dos canais de serviço público e, conseqüentemente, é posta em causa a estabilidade democrática da sociedade.

Na verdade, esta crise identitária só não teve conseqüências piores por estar incutido nas pessoas e na sociedade que o papel dos meios de comunicação de serviço público é fundamental, pois caso contrário as pessoas já se teriam revoltado e exigido o fim deste tipo de canais, referiu Eduardo Cintra Torres, no colóquio sobre “Serviço público: Limites e Desafios”.

Segundo Manuel Pinto, para evitar o desaparecimento deste serviço de televisão e consagrar a sua importância na sociedade, os canais de serviço público têm de assumir uma posição inovadora no mercado, de forma a que os seus horizontes possam ser alargados sem o receio de entrar na área destinada, supostamente, aos canais privados.

## 2.2. A origem conturbada da RTP

A dificuldade da televisão de serviço público em distinguir-se da televisão privada surgiu tardiamente em alguns países, como é o caso de Portugal.

Contextualizando o surgimento da RTP, a 18 de Outubro de 1955, o governo português decidiu criar uma sociedade anónima para a prestação de um serviço público de televisão, uma empresa que não tardou a alterar radicalmente o panorama sociocultural do país (Teves, 1998: 3).

Nesta sequência, a 15 de Dezembro de 1955 é constituída, por iniciativa do governo, a RTP - Radiotelevisão Portuguesa, SARL, sob a forma de sociedade anónima.

A 4 de Setembro de 1956, iniciaram-se as emissões experimentais da RTP na Feira Popular. Este foi o primeiro grande evento em Portugal transmitido pela televisão portuguesa, uma iniciativa que teve uma alta projecção social e um melhor proveito para o público, já que a partir deste momento ninguém persistiu em ignorar as enormes vantagens que a televisão oferecia para a elevação espiritual, cultural, social e recreativa das populações (*Idem*: 39).

Terminada essa fase de experimentação nas instalações da Feira Popular, os serviços da RTP foram retomados, a 3 de dezembro, após a chegada do novo emissor (*Idem*: 54). A empresa dispunha agora de novas instalações, no estúdio do Lumiar. As condições continuavam precárias, mas o trabalho recomeçou de uma forma mais consciencializada do tipo de trabalhos que são exigidos à RTP (*Ibidem*).

Neste sentido, a partir de 7 de março de 1957, a primeira estação de televisão portuguesa começa a emitir regularmente. A programação era constituída pelos filmes e documentários produzidos pelo Ministério da Educação Nacional, que constituíam a maior parte do tempo da emissão e, a partir de 5 de fevereiro, surge o noticiário, que era o programa mais caro, mas também era o que despertava mais interesse público (*Idem*: 59).

Existiam três edições diárias do ‘Telejornal’, quatro ao domingo, num total de cerca de 7h30 por semana. Para além disso, havia também uma secção de desporto, cuja produção semanal era de quase 4 horas de programas (*Idem*: 132).

O canal português de serviço público passou a mostrar-se como uma realidade dirigida a todos e não só para as pessoas com mais posses, «apresentando taxas anuais de “um escudo por dia”, [sendo que] o principal obstáculo continuava a ser a aquisição do aparelho receptor» (*Idem*: 47).

A RTP tornou-se, a 20 de outubro de 1959, membro da UER – União Europeia de Radiodifusão, um organismo internacional que procura normas de salvaguarda dos interesses dos seus filiados. Esta adesão trouxe solidez à empresa que ainda dava os primeiros passos na sua missão de televisão de serviço público.

É em 1961 que a RTP inicia colaborações com outras entidades, «dá início a uma estreita colaboração com o Serviço Meteorológico Nacional» (*Idem*: 116), por exemplo, com o objetivo de proporcionar um melhor serviço à população.

Três anos mais tarde, a 6 de janeiro de 1964, iniciaram-se as emissões regulares da televisão escolar e educativa, um projeto governamental em que houve iniciativas aparentemente ousadas, que viriam a lançar apreciáveis objetivos pedagógicos (*Idem*: 136).

Foi também em meados dos anos 60 que a RTP deu um grande passo enquanto televisão portuguesa de serviço público, pois descentraliza-se e passa a transmitir para todo o país. Recorde-se que uma das obrigações dos *media* de serviço público é a capacidade de chegar a todos; o propósito da nova empresa é, então, cumprir os seus deveres para com o país e o público (*Idem*: 31).

Neste sentido de chegar a todos, a empresa também investiu, uns anos mais tarde, num segundo canal (RTP2), cujas emissões se iniciaram em dezembro de 1968, com o objectivo de emitir programas destinados a públicos mais restritos.

À semelhança dos outros canais de serviço público da Europa, a RTP procurou servir as audiências com exemplar cuidado, tentando contribuir para que houvesse uma livre informação e progresso cultural. Afinal, ela era um dos mais importantes meios postos ao serviço do povo (*Idem*: 205). Neste sentido, este canal começa, por esta altura, a iniciar um processo de transmissão nas regiões autónomas. Primeiro para a Madeira, a 6 de Agosto de 1972, com a RTP Madeira e três anos mais tarde para os Açores, com a RTP-Açores (*Idem*: 179-80).

Ao reconhecer-se a importância da prestação do serviço público, começaram a surgir estudos por toda a Europa que apresentam os vários efeitos e proveitos da gestão e implementação dos sistemas audiovisuais. No fundo, estes estudos concluem que «a televisão determina o comportamento humano, quer individual, quer em sociedade» (*Idem*: 17).

Estas conclusões, tiradas ainda na década de 70, acabam por despertar poderosos interesses privados – geralmente de personalidades que já investiram nas áreas do jornalismo, que pretendiam entrar em competição com as empresas de serviço público



(*Ibidem*: 18). As estações de televisão, dependentes dos aparelhos do Estado, vêm-se perante um desafio que lhes exige novas estratégias (*Idem*: 18).

Para além disso, com o 25 de Abril de 1974, alterou-se toda a conjuntura do país e a televisão não foi exceção. A «estabilidade política favoreceu o crescimento económico, a expansão do mercado publicitário, o surgimento de novos jornais impressos (*Público* e *O Independente*), tecnologia», criando-se assim condições favoráveis para o investimento privado na área dos *media* (Lima, 2005: 8).

Na verdade, a abertura da televisão à iniciativa privada foi uma medida do governo de Cavaco Silva, já que a Constituição de 1976 só permitia a existência de televisão pública e apenas em 1989 foram retirados deste documento a proibição do investimento do capital privado em televisão no País (*Idem*: 10).

Perante este favorável contexto ao investimento nos meios de comunicação, Portugal passou a disponibilizar quatro canais: dois públicos (RTP1 em 1955 e RTP2 em 1968) e dois privados (SIC em 1992 e TVI em 1993). Neste panorama os *media* públicos, cujo investimento dependia da receita governamental, sem publicidade e sem avanços, foram colocados em xeque por perderem grande parte das audiências (*Ibidem*: 8).

As transformações na televisão não foram precedidas de estudos, já que «a abertura do mercado; a questão da publicidade como fontes alternativas de financiamento dos canais; as regras de concorrência; os limites, as obrigações da programação dos canais públicos e privados» não foram questões bem analisadas e as implicações dessas reformas também não (*Idem*: 11).

Após a entrada dos novos canais no mercado português, a RTP sentiu imediatamente as dificuldades, já que sofreu uma grande redução das suas receitas e o aumento das suas despesas (*Idem*: 22). As dificuldades financeiras da RTP agravaram-se com o sucesso comercial da empresa SIC, pois esta conquistou audiência e conseqüentemente uma parte importante do investimento publicitário (*Ibidem*).

Segundo Pedro Manuel Coelho, os *media* de serviço público têm sido gradualmente dominados pelos poderes económicos e financeiros e, desta forma, não podem assumir-se como contra-poder e desempenhar as suas funções na sociedade (*Idem*: 20).

Neste sentido, surgem vários cenários financeiros que poderiam ser adotados pela RTP de modo a combater esta problemática. A perspetiva conservadora defende que a RTP deveria manter na generalidade as tendências atuais. Neste cenário, o Estado

manteria o modelo anterior, mas financiaria a RTP também através da compra dos seus arquivos. A RTP abriria uma espécie de janelas regionais na RTP1 ou RTP2, para futuramente as diferentes regiões assumirem, total ou parcialmente, os encargos financeiros dessas janelas. Neste cenário, apesar de o Estado ter de aumentar substancialmente o seu financiamento, também iria conseguir reduzir um pouco os encargos financeiros, continuando a cumprir a sua missão de serviço público. Porém, esta perspetiva coloca em permanente risco de falência a RTP, já que esta «necessitará de um constante e crescente financiamento» (Braumann, s/d: 1).

Já numa perspetiva liberal, o Estado deveria privatizar ou entregar por concessão parcial ou total um dos dois canais (RTP1 ou RTP2). Neste cenário, ou o Estado privatiza ou entrega por concessão a RTP1, acabando por aumentar as dificuldades dos operadores privados já existentes. Neste sentido, o serviço público seria assegurado através da RTP2.

Porém, o Estado teria também de continuar a sustentar a produção e a criação de alguns programas nacionais de ficção, para salvaguardar os interesses das indústrias de produção nacional. Outra opção desta perspetiva liberal é o Estado privatizar a RTP2, entregando a exploração por subconcessão ou contrato de gestão a uma empresa privada, sendo que a RTP1 asseguraria o serviço público beneficiando das receitas da subconcessão da RTP2 (*Ibidem*).

Outro cenário proposto é o radical e neste caso a RTP aplicaria um plano de reestruturação, alterando a sua estrutura organizativa e possivelmente a sua estratégia de programação e concorrência com os operadores privados (*Ibidem*).

Quanto à perspetiva evolucionista, o Estado tentaria criar um serviço público moderno e adaptado às condições futuras, adotando uma estratégia a nível do serviço público e a nível da capacidade de criação e produção audiovisual nacional e em língua portuguesa. Neste contexto, a RTP seria uma sociedade criada com a finalidade de administrar um grupo de empresas, que seriam financiadas por capitais públicos, pelo mercado através da viabilidade dos seus novos projetos e pelo capital privado minoritário nalgumas das empresas do grupo. A RTP1 assumiria o papel de serviço público e a RTP2 seria um canal parcialmente privatizado (no máximo 49%), o que poderia possibilitar futuramente, logo que o canal fosse rentável, proveitos financeiros. O Estado imporá à RTP2 obrigações de emissão e apoio à produção de filmes e ficção nacionais, para ajudar a desenvolver uma indústria nacional de produção audiovisual.

No futuro, e à medida que este canal se tornasse rentável, o esforço financeiro do Estado iria diminuir ainda mais (Braumann, s/d: 1).

Ainda dentro desta visão evolucionista da RTP, Pedro Coelho lembra o modelo finlandês, que poderá ser uma boa solução para o canal público português. Na Finlândia, a estação pública recorre indiretamente ao mercado, sendo-lhe atribuída uma receita calculada em função das receitas publicitárias dos canais privados, já que o canal público, não sendo divulgador de qualquer tipo de publicidade, disponibiliza mais oferta para os canais privados.

Contudo, apesar de todas estas propostas, a escassez de meios financeiros e tecnológicos acompanhou todo o processo de evolução da RTP (Teves, 1998: 222). Desde a década de 90 que se deu a falência técnica e a situação financeira foi-se degradando, dificultando o cumprimento dos seus deveres para com a sociedade. Mesmo o canal estando totalmente sob a tutela do Estado, devido à necessidade da informação ser verdadeira, objetiva, livre, responsável e pluralista (Lima, 2005: 8), a RTP estava a ter dificuldades no cumprimento das suas funções de serviço público.

Segundo afirmam Hulten e Brants, o tempo de emissão da RTP aumentou drasticamente como reação comum à crescente concorrência e hoje a estação dispõe de uma emissão continuada, embora a madrugada apresente características distintas das emissões diurnas (Sena, 2007: 2511).

Foi, assim, identificado que «a RTP teve insuficiências claras no cumprimento das suas obrigações, nomeadamente no que diz respeito a programas formativos e dirigidos aos jovens, mas também na quota de difusão de obras de produção em língua portuguesa e nos limites de emissão de publicidade» (*Jornal de Notícias*, 2008). No fundo, estes incumprimentos das obrigações de serviço público por parte da RTP surgiram da reprodução da programação de suas concorrentes (Lima, 2005: 28). A partir do momento que a RTP investe no mesmo formato de conteúdo dos canais comerciais para não perder espaço publicitário, a identidade de serviço público é deixada de lado e é evidenciada a verdadeira crise (*Idem*: 18). Como já foi dito, a televisão pública foi alterando o seu padrão em função das exigências do mercado e da própria concorrência. Contudo, manteve a informação como marca do canal. A procura pela valorização da emissão de informação tornou-se assim a imagem de marca da RTP, a sua estratégia de captação de públicos e uma forma de assegurar a sua imagem de televisão de serviço público.

A RTP desenvolveu uma estratégia em que o horário-nobre é preenchido «com produtos da área da informação: noticiário, entrevista, comentário, debate, grande reportagem ou *infotainment*», marcados por um padrão e estilo muito conservador (Sena, 2007: 2514). Porém, apesar deste investimento na informação, segundo Joaquim Fidalgo, cada vez mais a RTP oferece uma grelha e programas semelhantes às das televisões comerciais (*Idem*: 2517). De facto, a procura de programação rentável e consequentemente a redução dos programas mais exigentes ao nível intelectual, como documentários e programas culturais e pedagógicos, e o acréscimo de programas de entretenimento é uma realidade do canal de serviço público português (*Ibidem*: 2518).

A RTP, enquanto deteve o monopólio televisivo, seguia a lógica de educar, informar e distrair, apesar de ver a audiência como um coletivo passivo. Porém, posteriormente adotou um tipo de programação cujas funções sociais e comunicativas tradicionais viam a sua ordem invertida, ou seja, passaram a seguir os mesmos três objetivos mas pela ordem inversa: distrair, informar e educar (*Ibidem*).

Assim, a RTP foi progressivamente perdendo influência no panorama televisivo português. Segundo Helena Sousa, «por um lado [a] reestruturação do setor televisivo agravou seriamente a situação financeira da RTP [os custos de funcionamento foram e continuam a ser muito elevados]; por outro, a reestruturação não trouxe novidades quanto à independência política da estação de Serviço público» (*Apud* Lima, 2005: 23)

De facto, são vários os especialistas da área que continuam a ver a RTP como uma estação de televisão que depende dos interesses dos governos atuais, e que é incapaz de conseguir um equilíbrio. No fundo, estes estudiosos têm esta imagem do canal porque a empresa nunca deixou claro o seu papel enquanto serviço público de televisão (*Ibidem*), levando os mais atentos a considerarem que a RTP sempre foi alvo e continua a ser de manipulações políticas nacionais. Os governos não conseguem desvincular os seus interesses do serviço da televisão e isto pode ser o resultado do contexto de formação do canal (*Idem*: 21). Na verdade, há até quem questione, como Maria Lima, «se a RTP tem como sua natureza, origem, o serviço público de televisão, a partir do momento que não cumpre, o próprio conceito fica comprometido» (Lima, 2005: 19).

Podemos concluir que os problemas na construção da programação da RTP surgiram da escassez de recursos tecnológicos, da necessidade de assegurar uma cobertura nacional e do elevado custo inerente à produção dos programas (Sena, 2007: 2517). A RTP, mesmo manifestando vontade, não voltou a alcançar a liderança. Passou

a ser dominada por emissões distrativas, os tempos de emissão publicitária também aumentaram e houve um decréscimo notório nos programas culturais, documentais, nos tempos dedicados a questões institucionais (*Idem*: 2520).

Atualmente, o futuro da RTP encontra-se num impasse. Para normalizar e tornar sustentável as finanças do canal público português, uns defendem a venda da RTP2 e outros a concessão da empresa RTP a um privado. Há quem defenda que a privatização deve ser total, outros apenas parcialmente e ainda há aqueles que defendem o encerramento dos canais regionais. As decisões que irão traçar o futuro do canal público português têm sido adiadas constantemente, possivelmente devido à relevância que este serviço tem ou deveria ter na manutenção da sociedade portuguesa.

### 3. O surgimento da RTP-Açores

#### 3.1. Regionalização do canal de serviço público português

Em 1964, surgiu um projeto de cobertura televisiva das ilhas, pelas mãos do engenheiro João Paz, funcionário da RTP. Contudo, supostamente devido a falta de verba, esse projeto não avançou (Teves, 1998: 229) e a televisão acabou, então por chegar só anos mais tarde. A 1 de agosto de 1975, num domingo, pela primeira vez a região insular açoriana desfrutou de seis horas de emissão televisiva feita a partir do estúdio em S. Gonçalo (Teves, 1998: 229-230).

A cobertura das zonas mais populosas do arquipélago foi garantida através da instalação de emissores um em Santa Bárbara- Terceira, outro na Barrosa (S.Miguel) e de cinco retransmissores, localizados no Salto do Cavalo (S.Miguel), na Lomba do Fogo (Pico), no Cume (Terceira), na Ajuda (Graciosa) e no Pico Alto (Santa Maria) (Teves, 1998:230). Este sistema permitiu dar uma certa consistência à rede. Contudo, ainda havia falhas a corrigir. Por isso, numa segunda fase montaram-se mais dois retransmissores no Pico, na Urze e Geraldo, ficando a faltar a cobertura das ilhas das Flores e do Corvo, onde só em 1988 foi possível fazer chegar o sinal RTP (*Ibidem*).

A chegada da RTP aos Açores foi vista como «uma forma de defender os interesses da região», pois esta saberia salvaguardar os Açores, segundo o general Altino Magalhães, presidente da Junta Governativa Regional dos Açores (*Ibidem*).

Para combater a problemática da dispersão geográfica do arquipélago, primeiro inauguraram-se as ligações via satélite entre Lisboa e os Açores, em 1977, seguindo-se a instalação de delegações na Horta, inauguradas em janeiro 1978, e em Angra do Heroísmo, em abril de 1979 (*Idem*: 260).

Segundo Osvaldo Cabral, ex-director da RTP-Açores, a localização geográfica das ilhas por um lado «constitui uma dificuldade acrescida à actividade televisiva, por outro lado confere à RTP-Açores um verdadeiro sentido de serviço público na unidade desta dispersão» (Cabral, 2011:2).

Ao comemorar 20 anos de existência, a RTP «cobria 80% da população de Portugal com a frequência VIH e 40% da frequência UHF». Já na Madeira, a cobertura rondava os 75% e nos Açores apenas 60% da população (Teves, 1998: 249).

À semelhança da fase inicial da RTP nacional, o canal regional tinha poucos recursos técnicos. O período experimental do canal teve uma durabilidade de dois meses e neste tempo nem sequer havia material de reportagem (*Idem*:230). Gradualmente,

foram chegando as máquinas de filmar portáteis permitindo fazer algumas experiências de produções locais. As primeiras experiências deste género foram feitas em 1977, em S.Miguel, porém a maior parte da programação vinha em videotapes portáteis de Portugal continental (*Idem:260*)

Os técnicos tornaram-se incansáveis nesta luta por um canal regional; por um lado procuravam estar atualizados quanto às novas tecnologias que iam surgindo na Europa e, por outro, iam reparando o velho equipamento para que o canal estivesse sempre operacional (*Idem:232*).

Quanto ao conteúdo que inicialmente era divulgado, este passo a passo, segundo Carlos Cruz, foi-se aproximando das funções de serviço público e «atingido um ponto de equilíbrio entre uma televisão que o povo quer e a televisão que o povo precisa» (*Idem:236*).

Segundo a legislação, é da competência dos centros regionais da RTP, como é o caso da RTP-Açores, a organização e elaboração de programas de informação, divulgação de comentários e de críticas pedagógicas, culturais, recreativas, desportivas, infantis de interesse no âmbito regional (*Diário da República Decreto-Lei nº156/80 de 24 maio, artigo 3.º*). Para além disso, a RTP-Açores tem também a obrigação de retransmitir programas informativos ou outros sobre acontecimentos nacionais ou internacionais elaborados fora dos centros regionais (*Diário da República Decreto-Lei nº156/80 de 24 maio, artigo 3.º*).

Tal como a mãe RTP, o canal regional açoriano desde os seus primórdios deu prioridade à divulgação da informação, aos debates em estúdio, a programas sociopolíticos e de atualidades e a filmes, pois estes eram vistos como programas de prestígio (Teves, 1998: 231-232)

Porém, a verdadeira consolidação da RTP-Açores enquanto televisão de serviço público regional deu-se com a emissão da Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres e das Sanjoaninas, em 1985. Com esta transmissão ficou provado que a RTP-Açores tinha adotado uma programação que melhor se ajustava aos interesses do público-alvo, cumprindo assim a sua missão de serviço público (*Idem: 260*).

A RTP-Açores foi bem recebida nas ilhas atlânticas como símbolo de coesão, já que contribuiu para o reforço da identidade, da inclusão e do sentido de proximidade da

população em geral, como afirma Carmo Rodeia: «a RTP-Açores permite ter consciência da nossa identidade e do nosso povo»<sup>11</sup>.

Segundo um estudo, pedido pela RTP-Açores à Novadir, do Grupo Marktest, em 2011 «77% dos açorianos [viam] televisão todos os dias e apenas 17% quase todos os dias» (*Apud* Cabral, 2011:1). Neste sentido torna-se claro verificar a enorme influência que este meio de comunicação ganhou na vida quotidiana dos cidadãos desta região.

Porém, o facto de grande parte da população ser utilizadora do *medium* televisivo não implica que os telespectadores estejam a ver o canal regional. Segundo este estudo os açorianos, à semelhança da tendência que se verifica no resto do mundo, têm hábito de fazer *zapping*, de estar constantemente a percorrer os vários canais do cabo devido à múltipla oferta de programação (*Apud* Cabral, 2011:1). Contudo, este estudo também revela que apesar de passarem mais horas a ver a SIC e a TVI, os espectadores da Região Autónoma dos Açores não dispensam a RTP-Açores e a RTP1, principalmente para assistir aos programas informativos (*Apud* Cabral, 2011:1).

Com o passar dos anos, a RTP-Açores foi desenvolvendo a sua maneira de produzir programas de televisão. Começou por progressivamente aumentar o tempo de emissão, transmitindo mais programas produzidos a nível regional. Também enviou e/ou contratou correspondentes em todas as ilhas, para fazer uma correta e mais abrangente cobertura dos acontecimentos em toda a região insular, apostou na diversificação da sua programação, emitindo diferentes tipos de programas e investiu em produção exterior.

Outra transformação que se verificou na RTP-Açores foi a fusão com a RDP-Açores. Apesar de as duas empresas de serviço público de rádio e serviço público de televisão se terem fundido, ainda hoje se verifica uma grande dificuldade quanto à colaboração e à coordenação entre as duas estruturas, como é atestado pelo facto de as suas agendas, os seus trabalhos, e as suas reportagens serem distintas.

Portugal entrou num período de recessão económica e com a crise económico-financeira que o país atravessa foi colocado em causa aquilo que antes soava a verdade absoluta. A ânsia de cortar despesas e reduzir custos fez com que houvesse um desleixo quanto às condições dos meios técnicos do canal.

Atualmente, a RTP-Açores dispõe, segundo Camilo Azevedo da Comissão de Trabalhadores da RTP, de instalações obsoletas e de equipamento museológico<sup>12</sup>. As

---

<sup>11</sup> Colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*, que decorreu em Ponta Delgada, de 31 de maio a 1 de junho de 2012.



câmaras portáteis, que custam cerca de 16 mil euros cada, filmam em HD (*High Definition*) e estão a ser subaproveitadas, pois após as imagens serem captadas em HD (*High Definition*), para serem editadas são transferidas para uma videotape, perdendo qualidade. Depois de editadas, as imagens são novamente transferidas para outra cassete que é legível pelo sistema de emissão do canal e, assim, chega finalmente a casa dos açorianos. Este processo implica, como é evidente, uma perda de qualidade, desde o momento em que as imagens são captadas até à sua emissão em toda a região.

Para além deste sistema de produção, edição e emissão antiquado, o estúdio fica num armazém com poucas condições, algumas das câmaras de filmar do estúdio vêm do museu da RTP1, a carrinha de exterior também se encontra em estado de degradação e as máquinas de edição são ainda as mesmas desde o início da RTP-Açores e, por isso, já não se fabricam peças adequadas para que elas possam ser reparadas.

Mais uma vez, na história da RTP-Açores, os técnicos, que permitem a manutenção de todo este material, tornaram-se fundamentais na luta por um canal regional operacional que tenta, apesar dos poucos recursos disponibilizados, cumprir a sua missão de serviço público ou, pelo menos, cumprir o horário de emissão do canal.

### **3.2. Programação da RTP-Açores, antes e depois da concentração**

#### **3.2.1. A grelha antes da concentração.**

A programação da RTP-Açores, nos últimos anos, à semelhança dos restantes canais disponibilizados, apresentava uma grelha de programação que preenchia as 24 horas diárias. Porém, a conjuntura económico-financeira do país obrigou ao corte de despesas em vários sectores da sociedade, entre eles no canal de serviço público português.

Neste sentido, desde 4 de junho de 2012, a programação da RTP-Açores passou a estar concentrada entre as 17h30 e as 23h30, resultando numa desconstrução da grelha de que inicialmente este canal dispunha.

Para podermos ter uma maior consciência da transformação que a programação da RTP-Açores sofreu, iremos analisar a programação definida nos três meses que antecederam à concentração da programação (março, abril e maio) e em três meses posteriores a esta (outubro, novembro e dezembro). Não foram analisados os meses que se seguiram logo à data da concentração da programação – 4 de junho de 2012 – pelo

---

<sup>12</sup> *Idem*

simples facto de esta transformação não ter sido imediata. A programação foi-se progressivamente ajustando ao horário que a RTP-Açores dispõe e sofreu e sofre, ainda, várias transformações em busca do melhor ajustamento para a programação do canal.

Em todos os meses que foram alvo desta análise, verificamos que existem programas que são constantes na programação diária, tanto antes como depois da concentração da programação, como é o caso do “Telejornal-Açores”, o “Jornal da Tarde” transmitido da RTP1 e “O Tempo”. Este facto prova que existe um investimento por parte do canal na sua vertente informativa, à semelhança do que acontece com a maioria dos canais de serviço público.

Referindo-nos especificamente ao mês de março, para além dos programas anteriormente referidos, são emitidos todos os dias úteis deste mês os seguintes programas: “Bom dia Açores”, “Ler +, Ler melhor” e “Açores & Negócios”.

O “Bom dia Açores” é um programa de produção externa, feito pela empresa Iris, que é transmitido pela RTP-Açores. Realce-se que este programa, que conjuga a vertente informativa ao entretenimento, é apresentado por Pedro Moura e transmite conteúdos somente regionais. Recorde-se, ainda, que o “Bom dia Açores”, que segundo Osvaldo Cabral, é líder de audiências da RTP-Açores<sup>13</sup>, conta com tempos de humor disponibilizados pelas atuações da “Tia Maria de Nordeste”, o comediante José Maria Pacheco. É um programa que desempenha o seu papel de serviço público pelos seus conteúdos regionais e está incluído na categoria *magazine* por tratar de diversos temas da atualidade, recorrendo a vários géneros jornalísticos, que vão desde a reportagem à entrevista.

O programa cultural “Ler +, Ler melhor” é original da RTP2, e o seu objetivo é promover a leitura principalmente de obras portuguesas e, por isso, o papel que desempenha na vertente de programação de serviço público é o de formar e educar.

Por outro lado, o “Açores & Negócios” informa o público açoriano sobre assuntos económicos e desempenha assim o seu dever de serviço público. Este programa, com um minuto, da autoria da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, está intencionalmente direcionado para uma pequena parte do público.

Já se analisarmos os fins de semana deste mês, os programas que estão sempre presentes no sábado são: “Consigo”, “Caminhos”, “Baby Looney Tunes”, “Animaniacs”, “Engenhocas”, “A Ovelha Choné”, “Lançamento”, “Acores.RTP.pt”,

---

<sup>13</sup> Colóquio internacional sobre *Serviço público: Limites e Desafios*, que decorreu em Ponta Delgada, de 31 de maio a 1 de junho de 2012.

“National Geographic”, “Atlântida-Açores”, “ImagiNação”, “Com Ciência”, “Magazine Contacto”, “Em Foco” e “Voz do cidadão”.

O programa “Consigo”, que tem uma parceria com o Instituto Nacional para a Reabilitação, procura fomentar a inclusão social dos cidadãos com necessidades especiais, um objetivo característico dos programas destinados aos canais de serviço público. Esclarece e desperta o interesse do público para informações úteis e boas práticas e foi inicialmente transmitido pela RTP2.

Os “Baby Looney Tunes”, “Animaniacs”, “Engenhocas” e “A Ovelha Choné” fazem parte da programação infantil da RTP1, algo que também é essencial num canal de serviço público, já que é necessário criar também programação para grupos mais específicos, neste caso as crianças.

“Lançamento” é um programa regional que traz as novidades do desporto da semana. Este é um programa de cariz de serviço público que divulga o desporto praticado na região, porém falha por dar grande destaque ao futebol, em detrimento de outros desportos com menos visibilidade.

O programa cultural “Acores.RTP.pt” também é produzido na região e procura ser a ponte para a diáspora açoriana através da navegação na internet; trata de temas que vão desde a internet como espaço de promoção de jovens criadores culturais açorianos a histórias de sucesso de emigrantes açorianos. Este programa acaba por desempenhar um papel de serviço público determinante no que diz respeito à divulgação da cultura da região e à coesão e inclusão na sociedade.

Já o “National Geographic” é um programa de produção estrangeira que é transmitido pela RTP-Açores, e que dá a conhecer o mundo ao público, apresentando documentários sobre a história natural, a vida selvagem, a história das sociedades em geral, a ciência e a tecnologia.

“Atlântida-Açores” é, possivelmente, o programa de produção regional mais voltado para a coesão e inclusão social. É um magazine que divulga as vivências e a cultura dos açorianos, residentes ou não nas nove ilhas do arquipélago. Este programa é produzido pela RTP-Açores e tem emissão também na RTP-Internacional e na RTP-Madeira. Caracteriza-se por ser um espaço de 90 minutos, que está destinado à exploração de diversos aspetos sociais da região e por isso tem um grande valor a nível de desempenho das funções de serviço público de televisão.

O programa “ImagiNação” surgiu da parceria da RTPN e o *Diário de Notícias* para criar um *talk show* semanal, em que personalidades que alcançaram o sucesso

graças à sua criatividade são entrevistadas, dando-nos assim conta do que se passa na atualidade.

Quanto ao programa “Com Ciência”, este desempenha a sua função de serviço público por ser definido como um espaço da informação e atualidade. Este é um programa da responsabilidade de Vasco Trigo, emitido originalmente pela RTP2, que aborda temáticas ligadas à Ciência, à Tecnologia e à Inovação, com reportagens e entrevistas a entidades destes sectores.

No que diz respeito ao programa “Magazine Contacto”, da RTP Internacional, este tem um formato de *magazine* e é feito pelas próprias comunidades portuguesas localizadas nas diversas partes do globo. Centra-se em histórias da comunidade portuguesa que se encontra espalhada pelos vários países e tem, por isso, uma forte importância na divulgação da identidade nacional, que é um dos objetivos atribuídos à televisão de serviço público.

Já “Em Foco” é um programa de informação semanal que procura abordar temas da atualidade, que vão desde as questões sociais e ambientais às preocupações económicas e políticas. O facto de informar e fomentar o espírito crítico e de cidadania no público faz com que este programa, produzido na RTP-Açores, desempenhe um papel relevante nos seus deveres de televisão de serviço público.

“Voz do cidadão” é produzido para a RTP1 e consiste na apreciação e comentário de José Carlos Abrantes, o provedor do telespectador, das opiniões mais significativas dos espectadores do canal público português, dando possibilidade a que o público se possa expressar quanto ao trabalho que tem vindo a ser feito pela RTP enquanto estação de serviço público.

Quanto aos domingos do mês de março a programação não passa sem “Baby Looney Tunes”, “As Aventuras de Blinky Bill”, “Gustavo”; “Garfield”, “70x7”, “Troféu”, “Nós”, “Músicas de África”, “Top +”, “Geografia das Amizades”, “Magazine Contacto”, “Com Ciência”, “Sabores das Ilhas”, “Açores VIP”, “Máquinas” e “Teledesporto”.

“As Aventuras de Blinky Bill”, “Gustavo”, “Garfield” fazem parte da programação infantil que é transmitida em simultâneo pela RTP1 e, como já foi referido, vêm da necessidade de se ter programação destinada a grupos mais minoritários.

“70x7”, da responsabilidade editorial do Secretariado Nacional das Comunicações Sociais (órgão da Conferência Episcopal Portuguesa), é produzido pela Logomédia e apresenta reportagens que procuram mostrar o lado religioso nas pessoas.

Já o “Troféu”, que é produzido pela RTP-Açores, traz as notícias desportivas, à semelhança do programa “Lançamento”, mostrando o seu lado de serviço público de televisão com reportagens de temáticas desportivas, regionais.

O programa “Nós”, que inicialmente é transmitido pela RTP2, desenvolve a componente de serviço público ligada à inclusão, tal como o programa “Magazine Contacto”, já que ambos desenvolvem um trabalho de informação e divulgação junto da sociedade civil, do contributo dos imigrantes e das comunidades que escolheram Portugal como país de acolhimento.

“Músicas de África” e “Top +”, um produzido pela RTP-África e o outro pela RTP1, respetivamente, estão direcionados para a divulgação dos trabalhos musicais que vão surgindo na atualidade, algo que é visto como um dever de serviço público de televisão.

O programa “Geografia das Amizades”, produzido pela RTP-Internacional, faz-nos viajar para destinos tão exóticos quanto interessantes, com Gonçalo Cadilhe e as suas histórias de vida, reencontros e partilha de culturas. Este programa dá a conhecer o mundo aos espectadores e confirma assim o seu papel de serviço público com esta abertura do mundo.

“Sabores das Ilhas”, por outro lado, é um programa de culinária produzido pela RTP-Açores, que apresenta um pouco da gastronomia regional, servindo assim de meio de divulgação da cultura e da tradição da região açoriana.

Já o programa “Açores VIP”, incluído na secção *magazines*, é produzido por uma empresa externa à RTP-Açores, a Amuleto, e aborda diversos eventos e iniciativas da sociedade açoriana. Este programa acaba por de certa forma desempenhar um papel a nível do serviço público de televisão nos Açores por tratar de acontecimentos da atualidade na região, apesar de divulgar sobretudo eventos sociais.

O programa “Máquinas” é outra produção externa à RTP-Açores (é produzido pela empresa Promoverde) e trata da atualidade do desporto automóvel. Por ser um espaço de informação sobre um determinado desporto pode ser incluído nos programas que desempenham serviço público.

Por outro lado, o “Teledesporto” é produzido pela RTP-Açores e, à semelhança do “Troféu” e do programa “Lançamento”, é um espaço que divulga o desporto

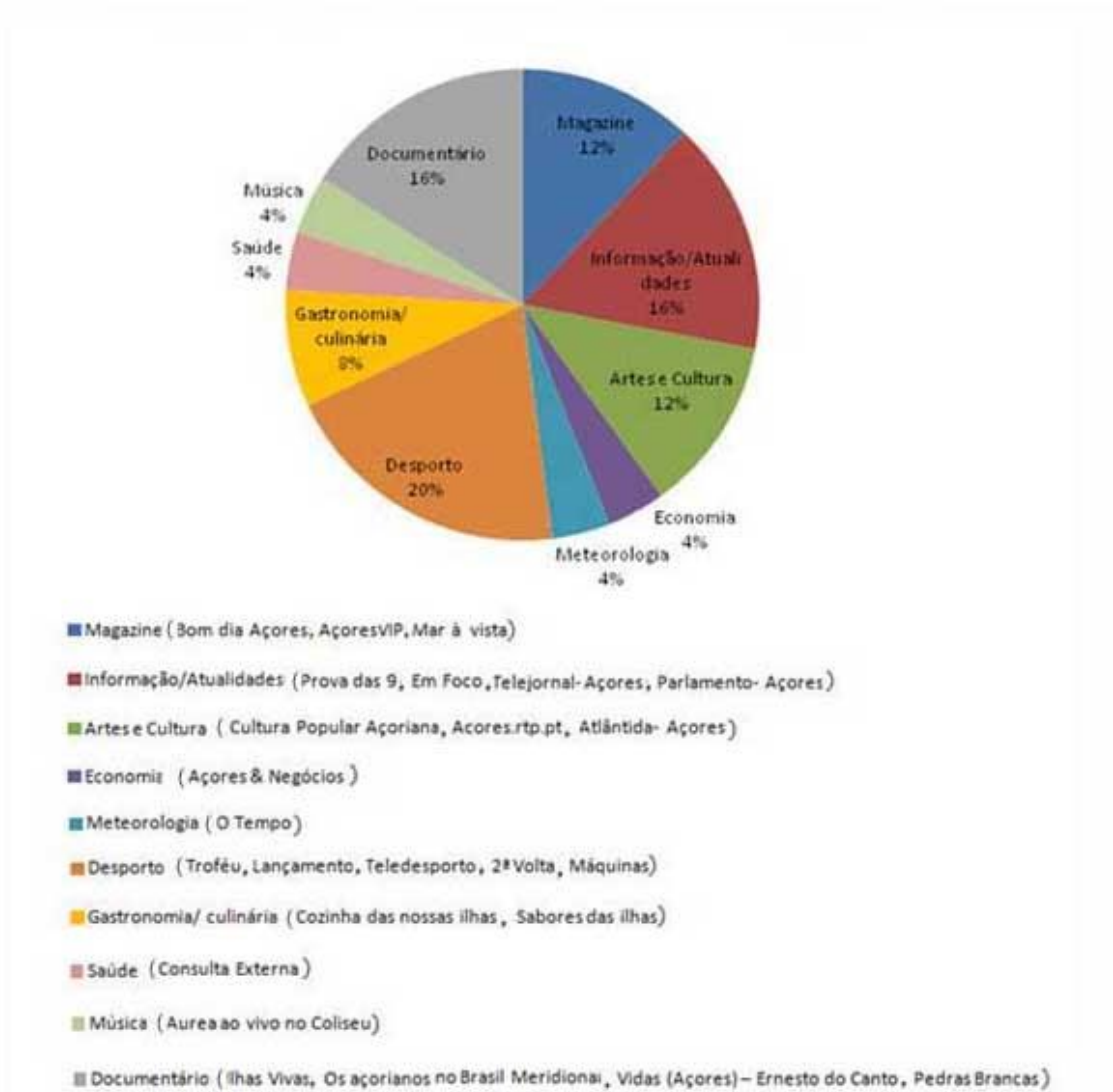
regional, dando particular destaque ao futebol. O seu cariz de serviço público está no facto de noticiar as novidades desportivas açorianas.

Após efetuarmos um levantamento de toda a programação do mês de março, verificamos que nos dias úteis são emitidos entre 29 a 32 programas por dia, dos quais cerca de 12 a 17 programas são de produção regional e 3 a 6 destes últimos são meras repetições de programas que foram anteriormente emitidos.

Assim, a programação de março de 2012 da RTP-Açores tem em média cerca de 27,7% de programas regionais que são transmitidos pelo canal de serviço público dos Açores, sendo que o sábado e o domingo são os dias onde há menos incidência de programas produzidos na região, pois no sábado são transmitidos cerca de 11% programas regionais e aos domingos a percentagem ronda entre os 22% e os 25%.

Detendo-nos nos conteúdos regionais divulgados no mês de março de 2012 pela RTP-Açores, podemos concluir pela análise do gráfico 1 que esta programação se centrou mais na transmissão de programas desportivos, seguindo-se a informação, os documentários e os programas culturais, que nos dão a conhecer, desde a história à atualidade, as várias vertentes da cultura e arte. Salientamos que todas estas categorias que são destacadas pelo canal são consideradas de cariz de serviço público.

**Gráfico 1- Programação de março de 2012 da RTP-Açores**



No mês de abril, é emitido todos os dias úteis, para além dos programas anteriormente referidos, o programa “Ler +, Ler Melhor”, que é transmitido a partir da RTP2.

Já fazendo uma análise a nível semanal, verificamos a presença permanente dos seguintes programas: “Bom dia Açores”, “Rumos”, “A Alma e a Gente”, “Próxima Paragem”, “Recantos”, “Artes de Rua”, “Geração Cientista”, “Latitudes”, “Ingrediente Secreto”, “Um Lugar para Viver”, “Dois Homens e Meio”, “National Geographic”, “Estação de Serviço”, “Açores & Negócios”, “Prova das 9”, “2.ª Volta”, “Ordem do dia”, “Açores.RTP.pt”, “Atlântida”, “Troféu” e “Consulta Externa”.

“Rumos” é um programa da responsabilidade da RTP-África, que tem uma forte componente de serviço público no que toca à inclusão social, já que apresenta um

espaço que pretende dar a conhecer as diversas comunidades a residir em Portugal, com particular destaque para as africanas, as brasileiras, as macaenses e as timorenses.

Já “A Alma e a gente” é um programa do historiador José Hermano Saraiva que apresenta alguns momentos e personalidades decisivas da História Nacional e cuja emissão original advém da RTP-Memória. A relevância deste programa a nível do serviço público encontra-se na transmissão da cultura do país para haver uma coesão nacional e para a preservação da memória histórica.

“Próxima Paragem” é produzido pela RTP-2 e fala de várias profissões, como os vendedores ambulantes, para dar a conhecer uma realidade tão diferente da habitual. É uma forma de mostrar realidades e pessoas do país que têm modos de vida diferentes, fomentando assim a inclusão social.

“Recantos” é original da RTP-2 e deixa sugestões de viagens, dentro do próprio país, apresentando os melhores recantos de Portugal e fomentando a cultura e coesão nacional.

Já “Artes de Rua” chega à RTP-Açores através da RTP-2 e é um programa cultural, que surge das mãos de uma fotógrafa que, com a sua câmara, capta o que há de mais artístico e excitante nos meios urbanos.

“Geração Cientista”, por outro lado, é um programa que é produzido pela RTP2 e divulga os jovens e os projetos portugueses que mais se destacam no campo da investigação em Portugal e no estrangeiro, desempenhando, assim, o seu papel de serviço público na área da divulgação de notícias sobre a atualidade no campo da ciência.

“Latitudes” é produzido pela RTP-África e aborda diversa facetas do quotidiano das comunidades africanas inseridas na sociedade portuguesa e tem, por isso, uma vertente de serviço público ligada à inclusão social.

Já o programa de culinária “Ingrediente Secreto” é produzido pela RTP-2 e conta com a presença do Chefe Henrique Sá Pessoa, que prepara os espectadores para uma aventura culinária.

Os programas “Um Lugar para Viver” e “Dois Homens e Meio” são séries, uma nacional e outra estrangeira, emitidas na RTP-1 e na RTP-2 que preenchem o lado do entretenimento, o qual é também exigido ao serviço público de televisão.

No que diz respeito à produção estritamente regional, o programa “Estação de Serviço” é inserido na categoria de informação e é direto e interativo com uma emissão simultânea na rádio e na televisão pública dos Açores. Com o formato de um fórum e



produzido pela RTP-Açores, segue as diretrizes da programação de serviço público, já que é aberto à participação dos espectadores e ouvintes e permite a discussão de notícias e de acontecimentos da atualidade, desenvolvendo assim o espírito crítico e a cidadania.

“Prova das 9” pertence à categoria de informação e é um programa que promove o debate e discussão de temas da realidade açoriana, promovendo o diálogo, a discussão, a troca de ideias e o desenvolvimento da população na perspetiva da cidadania. Orientado pelo jornalista Rui Goulart, que tem uma forte componente de serviço público de televisão já que é também um espaço informativo que procura responder a problemáticas regionais, nacionais e internacionais, e conta com a presença de quatro comentadores residentes: Álvaro Borralho, Bastos e Silva, Gilberta Rocha e Carmo Rodeia.

“2.ª Volta” é mais um programa desportivo produzido pela RTP-Açores, que faz serviço público através da emissão de reportagens, entrevistas com jogadores, treinadores e dirigentes de todas as modalidades desportivas.

“Ordem do dia- Açores” é uma produção da RTP-Açores que disponibiliza um espaço para debate político, através da apresentação das intervenções que acontecem em cada sessão plenária da Assembleia Regional e da aproximação das populações aos deputados eleitos pelas diversas ilhas. Este programa, que se inclui na secção de informação desempenha, assim, a função de serviço público ao informar e fomentar o espírito de cidadania.

“Consulta Externa” é um programa regional de produção externa, feito pela empresa Silvergrey, Lda e inserido na categoria da saúde. Da autoria de Magda Neto e Pedro Borges, aborda de forma simples e direta as mais diversas temáticas na área da saúde, desde a prevenção, ao diagnóstico, aos tratamentos e aos grupos de apoio. Esta sua componente informativa fá-lo assumir um papel de destaque no que toca ao serviço público de televisão, já que não existem mais programas regionais que tratem especificamente da área da saúde.

Nos sábados do mês de abril verificamos que existem também programas que estão sempre presentes como sejam: “Consigo”, “Caminhos”, “Baby Looney Tunes”, “Pinky e o Brain”, “Lançamento”, “Acores.RTP.pt”, “Diários do Vampiro”, “Atlântida”, “ImagiNação”, “Com Ciência”, “Em Foco” e “Voz do cidadão”.

O programa “Pinky e o Brain” é um *cartoon* transmitido a partir da RTP-1 e está claramente associado à programação infantil, enquanto que “Diários do Vampiro” trata-se de um série estrangeira, inicialmente transmitida pela RTP-1. Ambos os programas

procuram satisfazer o dever de ter programação destinada ao entretenimento por parte da televisão de serviço público.

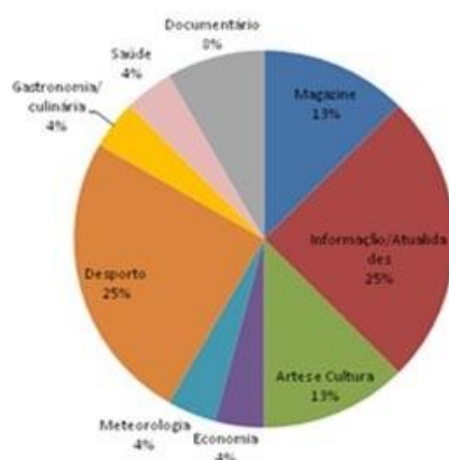
Já aos domingos do referido mês os programas que encontramos em comum são: o “Troféu”, “Sabores das Ilhas”, “Açores VIP”, “Máquinas” e “Teledesporto”. O domingo é novamente um dia em que é dado particular destaque ao desporto regional e, deste modo, divulga o que é feito na região e as personalidades açorianas que se destacam nas diversas áreas.

Com o levantamento de toda a programação do mês de abril verificamos que nos dias úteis são emitidos entre 20 a 30 programas por dia, dos quais cerca de 8 a 15 programas são de produção regional e 3 a 6 destes últimos são meras repetições de programas que foram anteriormente emitidos.

A programação de março de 2012 da RTP-Açores tem em média cerca de 24.7% de programas regionais que são transmitidos pelo canal de serviço público dos Açores, sendo que os sábados são os dias onde há menos incidência de programas produzidos na região, com uma variação entre 13.6% e 20.8%.

Quanto aos conteúdos regionais divulgados, produzidos e/ou transmitidos pela RTP-Açores no mês de abril de 2012, como podemos verificar no gráfico 2 neste mês houve uma redução dos documentários e deu-se mais destaque à informação, seguindo-se o desporto, as *magazines* e os programas culturais.

**Gráfico 2- Programação de abril de 2012 da RTP-Açores**



- Magazine ( Açores VIP, Bom dia Açores, Mar à vista )
- Informação/Atualidades ( Telejornal- Açores, Ordem do dia - Açores, Prova das 9, Congresso Regional do PSD Açores, Estação de Serviço, Parlamento )
- Artes e Cultura ( Açores.rtp.pt, Atlântida- Açores, Dos Açores à Europa )
- Economia ( Açores & Negócios )
- Meteorologia ( O tempo )
- Desporto ( Troféu, Maquinas, Teledesporto, 2ª volta; Hóquei em patins, Gala do Desporto Açoriano )
- Gastronomia/ culinária ( Sabores das Ilhas )
- Saúde ( Consulta Externa )
- Documentário ( Os açorianos no Brasil Meridional, Romeiros - Passo para a Remissão )

Ao focarmos-nos no mês de maio, observamos que, à semelhança do que acontece nos meses anteriores, os programas “Telejornal-Açores”, o “Jornal da Tarde” transmitido da RTP1, “O Tempo” e “Ler+, Ler melhor” são transmitidos diariamente.

A nível semanal já é possível destacar outros programas como: “Bom dia Açores”, “Rumos”, “A Alma e a Gente”, “Arte & Emoção”, “Latitudes”, “Troféu”, “National Geographic”, “Estação de Serviço”, “Prova das 9”, “Ossos”, “Linha da Frente”, “Olhar o Mundo” e “A Verde e as Cores”.

O programa “Arte e Emoção” é produzido pela RTP-2 e nele são abordados muitos temas ligados à tauromaquia, fomentando assim a divulgação desta tradição, algo que é considerado de serviço público, pois a divulgação da cultura fomenta a união da população.

“Ossos” é mais uma série estrangeira transmitida pelo canal de serviço público com o objetivo de preencher os seus parâmetros de entretenimento, enquanto o

programa “Linha da Frente”, produzido pela RTP-1, e o programa “Olhar o Mundo”, produzido pela RTP-2, trazem à discussão os temas da atualidade para um desenvolvimento cívico dos cidadãos.

“A Verde e as Cores” é produzido pela RTP-2 e trata de assuntos ligados à floricultura e aos jardins. Este programa é destinado a uma pequena minoria da população já que tem uma forte componente didática e dá a conhecer o que de melhor existe nesta área em Portugal, o que deve ter o seu espaço no canal de serviço público.

Já nos sábados do mês de abril verificamos que existem também programas que estão sempre presentes, como “Consigo”, “Caminhos”, “Acores.RTP.pt”, “Atlântida”, “Com Ciência”, “Em Foco” e “Voz do cidadão”. Podemos dizer que os programas que são constantes são de carácter informativo.

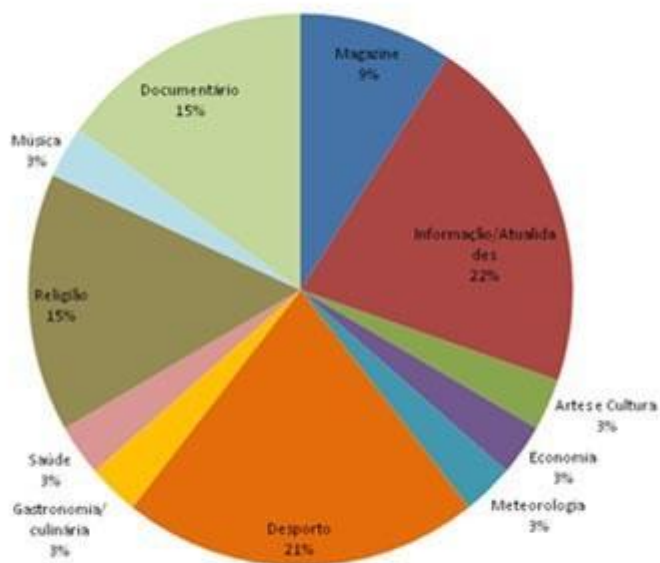
Quanto aos domingos do referido mês de abril, os programas que encontramos em comum são “Bombeiros sobre Rodas”, “Garfield”, “70 x 7”, o “Troféu”, “Magazine Contacto”, “Açores VIP” e “Máquinas”. Recordamos que estes programas incluem animação, a temática religiosa e a desportiva, áreas que importam ser desenvolvidas num canal de serviço público.

Com o levantamento de toda a programação do mês de maio verificamos que, nos dias úteis, são emitidos entre 23 a 30 programas por dia, dos quais apenas cerca de 7 a 15 programas são de produção regional e 3 a 6 destes últimos são meras repetições de programas que foram anteriormente emitidos.

A programação de maio de 2012 da RTP-Açores tem em média cerca de 28% de programas regionais que são transmitidos pelo canal de serviço público dos Açores, sendo que os sábados são os dias onde há menos incidência de programas produzidos na região: entre 14.8% e 20.8%.

Quanto aos conteúdos regionais podemos verificar, como se observa no gráfico 3, que no mês de maio de 2012 a RTP-Açores transmitiu menos programas culturais e deu mais destaque à informação, ao desporto, aos programas religiosos e aos documentários.

**Gráfico 3 - Programação de maio de 2012 da RTP-Açores**



- Magazine ( Bom dia Açores, Estação de serviço, Açores VIP)
- Informação/Atualidades ( Telejornal- Açores, Prova das 9, Acores.rtp.pt, Parlamento, Ordem do dia, Vidas, Comemoração do dia dos Açores )
- Artes e Cultura ( Atlântida Açores )
- Economia ( Açores & Negócios)
- Meteorologia ( O Tempo)
- Desporto ( Troféu, Maquinas, jogo de Voleibol, jogo de Basquetebol, 2ª volta, Taça do Mundo de Aeróbica, hóquei em patins)
- Gastronomia/ culinária ( Sabores das ilhas)
- Saúde ( Consulta Externa)
- Religião ( Espírito Santo, Santo cristo mudança da imagem, santo cristo, Terra do Espírito Santo, A Festa do Divino – Tradição e fé)
- Música ( Caravela de Ouro- XXI Festival Infantil da Povoação)
- Documentário ( retratos das ilhas ilhas ocidentais, Açores, Açores Nove ilhas – Uma Viagem Intima Herança Baleeira)

Verificamos ainda na análise deste último mês que antecedeu à concentração da programação da RTP-Açores que, a partir do dia 21, houve uma maior preocupação em definir uma programação com mais programas do canal regional, procurando este assim provar à empresa pública que tinha conteúdos suficientes para exceder as horas que lhe iam ser destinadas com a concentração da programação.

É de salientar que, apesar de só existir um programa que trata de questões meteorológicas, nos meses que antecederam à concentração da programação este é repetido três vezes por dia, todos os dias, para que as pessoas que assistem à emissão em horas diferentes possam estar a par desta informação considerada de serviço público.

A propósito da concentração da programação, o jornal *A União*, em 2 de junho, publicou uma notícia da agência Lusa em que Sidónio Bettencourt, subdiretor do canal regional, afirmava que a programação da RTP-Açores, a partir do dia 4 de junho, passaria a ocupar um período de seis horas e estaria mais concentrada à tarde e à noite (*A União*, 2-6-2012). Nesta mesma notícia, Sidónio Bettencourt referiu que «a emissão de produção própria da RTP-Açores passa a estar concentrada entre as 17:30 e as 23:30, num modelo que pretende reduzir custos» (*Ibidem*).

### 3.2.2. A programação após a concentração da programação

Ao analisarmos os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, meses que sucederam à concentração da programação, observamos que a programação regional não se encontra na sua totalidade concentrada no horário anunciado.

Verificamos que a programação dos meses de outubro e novembro se centra, na maioria dos dias, a partir das 17h15, apesar de serem transmitidas uma ou duas repetições de programas pelas 14h/14h30, enquanto “O Tempo” passa a ser emitido quatro vezes ao dia, todos os dias.

Já no mês de Dezembro verificamos que, para além das repetições pelas 14h00/14h30 e da concentração de programas da responsabilidade da RTP-Açores após as 17h15, passa também a haver uma incidência de repetições da “Informação-Açores” e do programa “O Tempo”, da parte da manhã, nos dias úteis. “O Tempo” é emitido seis vezes e as notícias regionais são repetidas quatro vezes por dia.

Dado que a maioria do tempo de emissão não é da responsabilidade editorial da RTP-Açores, analisamos apenas os programas que são da responsabilidade editorial do canal de serviço público regional, para termos uma maior perceção das escolhas deste.

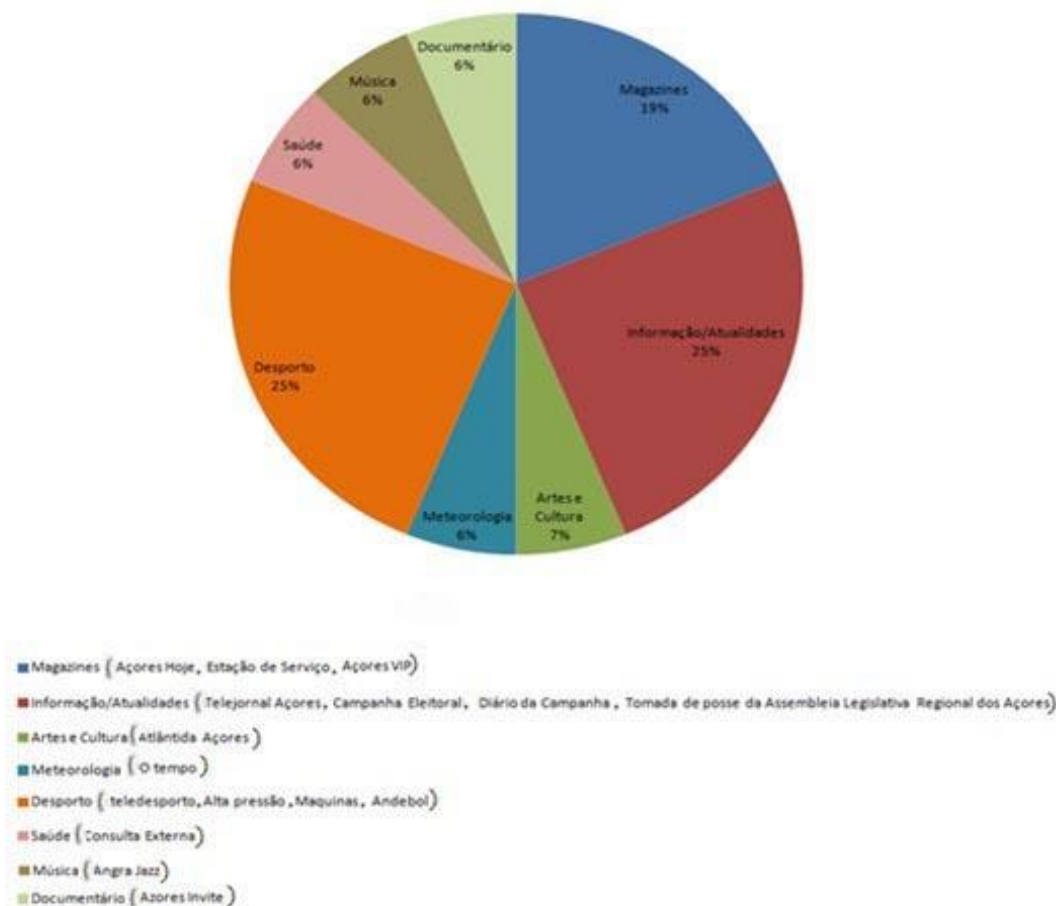
A partir do dia 4 de junho, a RTP-Açores teve de seleccionar os programas que pretendia emitir nas horas que lhe eram disponibilizadas. Neste sentido, realçamos que houve, nos três meses analisados que se seguiram à concentração da programação, uma clara opção de investir na emissão de filmes estrangeiros, maioritariamente de carácter comercial, desperdiçando tempo que poderia ser aproveitado para emissão de programação regional.

Para além disso, a programação desses meses apresenta sempre como alicerces da programação regional os seguintes programas: “Telejornal Açores”, “O Tempo”, “Açores Hoje”, “Estação de Serviço”, “Açores VIP”, “Atlântida Açores”, “Alta Pressão” e “Consulta Externa”.

“Alta Pressão” é um programa desportivo produzido pela RTP-Açores, que é destinado, essencialmente, aos jovens e visa divulgar a prática de desportos radicais nos Açores. Este programa, que foi selecionado para ocupar um dos tempos disponibilizados para a RTP-Açores, tem a sua vertente de serviço público por divulgar desportos que são poucos divulgados e até conhecidos, como por exemplo o *downhill*, o parapente, entre outros.

Ao analisarmos a programação quanto à quantidade de programas da RTP-Açores verificamos que, no mês de outubro, do total de programas emitidos (entre 25 aos 32), 4 a 7 são regionais, ou seja, neste mês o canal regional apenas produz ou emite de empresas regionais externas cerca de 17.6% da programação. Quanto aos conteúdos regionais divulgados, no gráfico abaixo podemos perceber que no mês de outubro de 2012 a programação produzida ou transmitida pela RTP-Açores centrou-se mais na emissão de informação, nos programas desportivos e nas *magazines*. Podemos dizer que houve uma clara redução nos documentários e nos programas culturais.

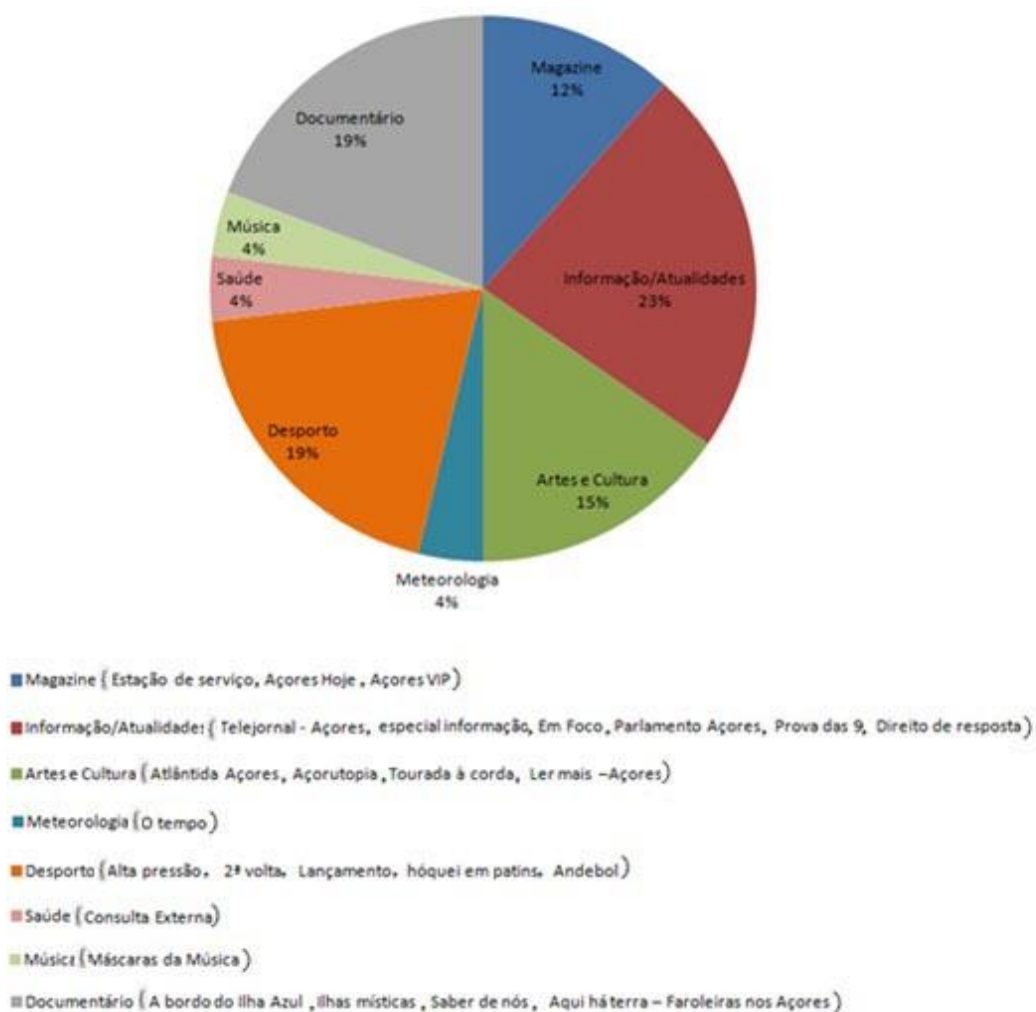
**Gráfico 4 - Programação de outubro de 2012 da RTP-Açores**



Já na análise da programação do mês de novembro, no que toca ao volume de programas da RTP-Açores, verificamos que do total de programas emitidos (entre 24 a 31), 2 a 7 são regionais, ou seja, neste mês o canal regional apenas produz ou emite de empresas regionais externas cerca de 18.6% da programação.

Quanto aos conteúdos divulgados, que são da responsabilidade do canal regional, no gráfico abaixo podemos verificar que no mês de novembro de 2012 a programação produzida ou transmitida pela RTP-Açores centrou-se mais na emissão de programas informativos, desportivos, documentários e programas culturais.

**Gráfico 5 - Programação de novembro de 2012 da RTP-Açores**

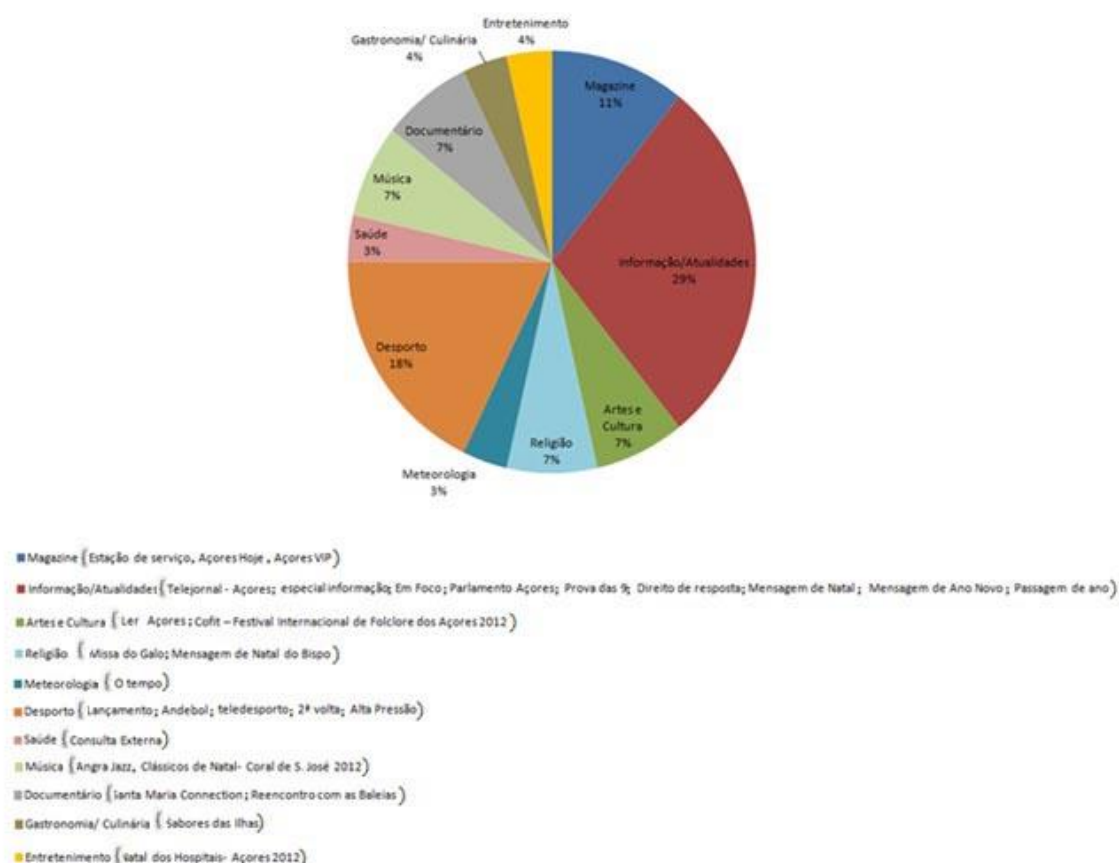




Analisando a programação do mês de dezembro no que toca ao volume de programas da RTP-Açores, verificamos que do total de programas emitidos (entre 22 a 38), 2 a 7 são regionais, ou seja, neste mês o canal regional apenas produz ou emite de empresas regionais externas cerca de 15.2% da programação.

A nível dos conteúdos divulgados, que são da responsabilidade do canal regional, no gráfico abaixo podemos perceber que no mês de dezembro de 2012 a programação produzida ou transmitida pela RTP-Açores centrou-se mais, novamente, na emissão de programas de informação, programas desportivos e nas *magazines*. Verifica-se também a presença de programas religiosos, devido às comemorações natalícias.

**Gráfico 6 - Programação de dezembro de 2012 da RTP-Açores**



Numa análise geral, podemos começar por dizer que a RTP-Açores não está a cumprir, na sua totalidade, com o que foi estipulado inicialmente pela empresa RTP, já que dispõe de programação regional fora dos horários estipulados. No canal de serviço público regional também verificamos, numa visão generalista da programação dos

meses que antecederam e dos que sucederam a concentração da programação, que os programas de culinária perderam espaço no tempo de emissão do canal regional (em outubro e novembro este tipo de programa é inexistente e em dezembro só é emitido um programa, num único dia do mês), ao mesmo tempo que houve uma grande diminuição da variedade de programas culturais e uma redução menos significativa, mas ainda assim relevante, dos documentários e *magazines*.

Conferimos, ao destacar todos programas que são emitidos com regularidade ao longo dos meses, que estes preenchem os parâmetros de programação de serviço público. Durante os dias úteis, é dado particular destaque aos programas informativos e aos programas que falam sobre a atualidade. Quanto aos sábados são realçados os programas infantis, os programas que fomentam a inclusão social e divulgação cultural e, novamente, os programas informativos. Já nos domingos, os programas infantis e de desporto ocupam bastante tempo de emissão.

Ao compararmos a programação dos meses anteriores e a dos seguintes à chamada concentração da programação, há um claro aumento de filmes transmitidos por iniciativa da RTP-Açores, o que não acontecia antes, já que os filmes que eram transmitidos estavam a dar em simultâneo na RTP1. É um facto que o cinema é considerado a Sétima Arte e, por isso, assume um papel inquestionável na área da cultura. Contudo, o canal regional, ao emitir filmes de carácter comercial que já foram e são transmitidos pelos privados, não traz mais-valias para o desempenho do seu papel de serviço público. A RTP-Açores poderia ter emitido cinema mais alternativo, como os chamados “filmes de autor”, pois assim iria satisfazer as necessidades de um público minoritário, que é um dos objetivos da televisão de serviço público. Outra hipótese era aproveitar este horário para transmitir mais programas de cariz regional, já que o seu tempo de emissão foi reduzido.

Os tempos disponibilizados não são todos aproveitados para a transmissão de programas regionais, tanto antes como depois da concentração da programação; por isso, argumentar que a redução do tempo de emissão da RTP-Açores prejudica o seu papel enquanto televisão de serviço público não corresponde à realidade.

De facto, verificou-se que a programação regional sofreu um decréscimo, pois passou dos 26.8% para os 17.1%. Notou-se que houve uma selecção da programação, contudo também se verifica o desaproveitamento das seis horas que estão editorialmente a cargo da RTP-A com a emissão de repetições de programas regionais já transmitidos, por vezes no mesmo dia, e filmes comerciais.

Ainda abordando os programas que configuram a programação da RTP-Açores em ambos os momentos a emissão do canal centra-se em programas informativos e desportivos, o que reforça o seu papel de televisão de serviço público, como acontece na maioria dos canais públicos.

Já os programas desportivos também podem ser vistos como uma componente importante do desempenho do papel de serviço público pela RTP-Açores, já que reforçam a unidade regional por divulgarem todas as modalidades desportivas praticadas nas várias ilhas dos Açores.

Ainda abordando, na generalidade, a programação definida pelo canal de serviço público regional, podemos concluir que nos dois momentos, antes e depois da concentração, há uma supervalorização do programa “O Tempo”, que anuncia as previsões meteorológicas da semana, repetido várias vezes durante o dia. Recorde-se que “O Tempo” passa a ser emitido seis vezes por dia e em curtos espaços de tempo, por exemplo antes do telejornal regional e depois do telejornal.

Os programas de entretenimento produzidos pela RTP-A são praticamente inexistentes, os programas sobre saúde também não têm grande destaque e os destinados a minorias e à coesão social também são raros, apesar terem uma forte componente de serviço público. Como já foi referido em capítulos anteriores, uma programação de qualidade não é composta somente pela vertente informativa e, por isso, a produção, por exemplo, de programas de entretenimento regionais também deve ser assegurada pela RTP-Açores (Mendes, 2012:49).

Podemos concluir, por um lado, que a produção regional de programas da RTP-Açores é pouca, tanto antes como depois da concentração da programação, possivelmente devido a falta de meios que esta estação de televisão apresenta. Por outro lado, observamos que algumas escolhas editoriais podem não ser as mais indicadas para este tipo de televisão que se assume como canal de serviço público, como sejam as diversas repetições de programas, que ocupam excessivamente espaços disponibilizados para a RTP-Açores que poderiam ser reaproveitados para emissão de programas regionais, os quais foram desaproveitados ou excluídos da programação com a concentração. Outra decisão editorial que deveria ser repensada é, como já foi referido, a transmissão de filmes estrangeiros no tempo disponibilizado ao canal regional.

Como foi mencionado anteriormente, a grelha deste canal deve ter «uma programação própria que veicule as atividades de índole cultural, científica, política,

religiosa, educativa, desportiva e lúdica desenvolvidas nos Açores» (Mendes, 2012:49) e muitos destes parâmetros são esquecidos ou subvalorizados.

### **3.3. Crise do serviço público de televisão nos Açores**

A chamada crise do serviço público de televisão da região insular açoriana envolve, assim, várias frentes de natureza diversa.

No ponto anterior analisamos a programação da RTP-Açores, procurando compreender a imagem que esta transmite enquanto canal de serviço público e as alterações que resultaram da chamada “concentração da programação”. A programação foi analisada tendo em conta os programas produzidos e escolhidos pela RTP-Açores; contudo, ainda poderíamos analisar a programação com base nos assuntos explorados pelos programas. Análise que não foi realizada nesta dissertação devido à escassez de tempo disponível.

Segundo a análise do grupo de trabalho para o estudo do conceito de serviço público de audiovisual na Região Autónoma dos Açores, «a RTP-Açores assume-se como uma televisão regional, quando, na realidade, não é mais do que um canal local das ilhas onde tem instalações: S. Miguel, Terceira e Faial» (Mendes, 2012:20). Ainda tendo por base o levantamento dos assuntos divulgados pelos vários programas, Armando Mendes, neste relatório sobre o conceito de serviço público nos Açores, afirma que o sistema montado nos Açores «anula a rica pluralidade de visões da própria realidade açoriana que coexistem no espaço regional e tende a folclorizar a vida nas ilhas» (*apud* Mendes, 2012: 21). São assim apontados “defeitos” que acabam por colocar em causa o cumprimento do seu dever de serviço público de televisão, já que a escolha dos assuntos tratados falha na promoção de coesão e representação da pluralidade do arquipélago. Para reforçar a coesão e participação cívica de todos os açorianos, a solução pode passar pela definição de quotas de produção de programação que ficam à responsabilidade dos profissionais de comunicação colocados em cada uma das ilhas (Mendes, 2012: 50). Apesar de S. Miguel, Terceira e Faial serem as ilhas mais povoadas, e conseqüentemente aquelas que dispõem de mais eventos que merecem e devem ser noticiados, a verdade é que é notória a má distribuição dos conteúdos do canal regional pelas ilhas, principalmente devido à escassez de meios técnicos e humanos das ilhas mais pequenas.

Mas a programação, como já foi referido, não é o único fator que influencia o conceito de serviço público de televisão nos Açores. Um dos elementos fundamentais

para o exercício do serviço público de televisão são os meios tecnológicos. Já foi referido num capítulo anterior que os meios técnicos da RTP-Açores são muito rudimentares e isto é confirmado no relatório final sobre o conceito de serviço público de televisão nos Açores: «a tecnologia em uso na RTP-Açores é antiga, inadequada, inclui equipamentos sem compatibilidade total uns com os outros e induz um resultado final de má qualidade e deseconomias no processo produtivo» (Mendes, 2012: 21). Torna-se claro que a falta de meios técnicos impossibilita a realização de um bom trabalho de serviço público; por exemplo, a carrinha utilizada para fazer emissões exteriores encontra-se quase sempre em manutenção devido a problemas de foro mecânico e isso faz com que este tipo de emissões seja muito reduzido.

Associado aos meios técnicos inadequados vem outro fator que condiciona o serviço público de televisão na região açoriana que é a ausência de autonomia financeira e de gestão por parte da televisão regional. A RTP-Açores, segundo o relatório apresentado em junho de 2012, nunca deteve «um estatuto que permitisse desenvolver, sem ser por outorga de Lisboa, um qualquer modelo de gestão autónoma (excepto em aspectos editoriais)» (Mendes, 2012: 19). Para além disso, neste relatório ainda é referido que existe uma aparente falta de transparência no que diz respeito à aplicação dos fundos financeiros atribuídos à RTP-Açores (Mendes, 2012: 20). A reivindicação de uma administração autónoma por parte da RTP-Açores no exercício do serviço público tem por base a aparente incompreensão da empresa RTP sobre os custos que acarreta este tipo de atividade numa região fragmentada como a Região Autónoma dos Açores. Por exemplo, no caso do acompanhamento mediático em situação de catástrofes naturais é necessário haver uma cobertura em todas as ilhas e isso implica a deslocação de equipas, o que acarreta custos com passagens, estadias e/ou até meios aéreos aptos para este tipo de reportagem, como é o caso dos helicópteros.

Ainda dentro da perspectiva da administração do canal, mas já mais a nível do funcionamento orgânico, existe outro fator que está intimamente ligado ao exercício do serviço público da RTP-Açores, que é a influência governamental nesta estação de televisão. Segundo Eduardo Cintra Torres, «os poderes regionais sempre estiveram satisfeitos com o andar das coisas, porque, de facto, sempre mandaram na RTP-Açores, a custo zero» (*apud* Mendes, 2012: 20).

Por exemplo, é de salientar que nesta dissertação já foram dados exemplos na área da programação de influências governamentais, já que os noticiários dão grande destaque a assuntos ou obras governamentais, provando que a nível editorial a RTP-

Açores prende-se muito à agenda do Governo Regional ou de entidades políticas. Esta é uma questão delicada que até há pouco tempo eram raros aqueles que tinha coragem de a referir, pelo facto de a televisão de serviço público ser vista como um pilar fundamental da democracia.

Esta questão ganhou grande destaque e foi lançada em praça pública na Região dos Açores em 2012 quando, pela primeira vez, o Conselho de Redação da RTP-Açores denunciou ao Sindicato dos Jornalistas duas alegadas tentativas de condicionar o trabalho dos jornalistas da empresa, uma das quais envolvia um membro do Governo dos Açores (*Público*, 2012). Segundo a notícia publicada pelo jornal *Público* no comunicado enviado ao Sindicato dos Jornalistas o Conselho de Redação da RTP-Açores acusava o Secretário Regional dos Equipamentos, José Contente, de tentar condicionar, interferir abusivamente e ainda procurar persuadir a equipa de reportagem a não enviar para Lisboa um bloco de imagens em bruto que incluíam um depoimento da Presidente da Câmara de Ponta Delgada (*Público*, 2012). Esta situação de influência de entidades, sejam estas governamentais ou não, sobre os *media* não é uma novidade e quanto mais pequeno o meio mais visível é esta pressão. No caso da televisão de serviço público este tipo de situação impossibilita que o canal desempenhe o seu papel na sua plenitude, já que o impossibilita de ser isento e de mostrar a pluralidade dos acontecimentos.

Neste mesmo comunicado é referida também uma situação ocorrida com o líder regional do CDS-PP, Artur Lima, que terá caluniado «de forma desabrida e vergonhosa os profissionais da RTP-Açores, sugerindo que não eram isentos e que estavam ao serviço de alguns partidos» (*Público*, 2012).

Surge também uma nota divulgada pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores (GACS), que reforça esta ideia de haver maus profissionais de jornalismo no canal de serviço público regional. O antigo Presidente do Governo Regional afirma, segundo esta nota de imprensa, que «o Conselho de Redação devia ter a humildade de reconhecer que também na RTP-Açores há jornalistas que não têm qualidade e que também na RTP-Açores há jornalistas que não são isentos» (GACS, 2012).

Neste contexto é lançado o debate sobre a qualidade do serviço prestado pela RTP-Açores e começam a surgir estudos sobre as audiências do canal. Um estudo académico realizado por alunos da Unidade de Formação da Cáritas da Ilha Terceira concluiu que «A RTP-Açores é dispensável» (*A União*, 2012). Este estudo continha

uma mostra de 150 inquiridos e procurou saber se os açorianos estavam contentes com o serviço da RTP-Açores. Os resultados apontaram que 88 dos inquiridos viam RTP-A e os restantes 62 não acompanhavam a emissão do canal. Os motivos apresentados por esse estudo para a ausência de fidelização ao canal foram: preferência por ver outros canais; consciência de que é um canal pouco atrativo; crença que é um canal dispensável; falta de tempo; escassa visualização de televisão; constatação que há pouca divulgação de informação sobre as outras ilhas (União, 2012).

Mas este estudo será suficiente para afirmar que a RTP-Açores é dispensável? De facto, como já começamos a apresentar, existem várias críticas que colocam em causa a bom desempenho da RTP-Açores, enquanto serviço público de televisão.

O relatório final do grupo de trabalho para a definição do serviço público de comunicação social considerou que “a missão histórica da RTP-Açores e da RTP-Madeira estava terminada (Duque,2011), levantando questões como estas: Será que este canal regional já cumpriu a sua missão ou ela apenas mudou? A RTP-Açores cumpre o seu papel de serviço público? A redução da emissão para 6 ou 4 horas afeta o desempenho do serviço público por parte da RTP-Açores?

A empresa RTP ponderou o futuro do canal regional, procurando responder a estas questões e, perante esta situação de “crise”, os poderes, entidades e população açoriana que criticavam o serviço público feito pela RTP-Açores começaram a defender com afinco o direito dos cidadãos açorianos de disporem deste serviço.

Exemplo disso foram as declarações, à Antena 1, de Artur Lima, em que o líder do CDS-PP nos Açores afirmou que este é «um ataque sem precedentes à autonomia». Zuraida Soares, dirigente do Bloco de Esquerda, considerou que «as medidas anunciadas são mais do que um atentado à autonomia» e Paulo Estêvão, do PPM, anunciou que era necessário inverter a decisão de redução do tempo de emissão (RTP-Açores, 30-08-2011). Já Aníbal Pires, coordenador da CDU-Açores, mostrou estar preocupado com os postos de trabalho e Duarte Freitas, do PSD-Açores defendeu a passagem da tutela da RTP-Açores exclusivamente para o governo regional, através da «criação uma sociedade autónoma composta por capitais públicos regionais e do Estado, e também por privados, para gerir a RTP-Açores». Berto Messias considerou que «não é aceitável que se ponha em causa o serviço público nas Regiões Autónomas, particularmente numa região como os Açores, onde a RTP-Açores presta um serviço fundamental no âmbito da coesão territorial entre as ilhas» (RTP-Açores, 30-08-2011). O Partido Socialista apresentou uma "solução açoriana", que passa pela criação de uma

empresa totalmente pública e regional. Nesta solução, a RTP-Açores deveria ser financiada pelos onze milhões de euros anuais, uma parte dada RTP nacional e outra pelo montante da taxa do audiovisual, ou seja, a RTP-Açores seria 100% regional, mas paga por Lisboa (*Diário de Notícias*,2012). Para além disso, o canal Regional também deveria ter «assegurada a cedência gratuita dos direitos de transmissão dos programas que sejam transmitidos nos canais nacionais de serviço público, o arquivo da RTP-Açores, os imóveis e os equipamentos» (*Diário de Notícias*, 2012).

Porém, com base nas informações divulgadas pelo *Diário de Notícias*, a solução apresentada pelo PS não está totalmente de acordo com o Artigo 12.º da Lei n.º 8/2011, que afirma que «a actividade de televisão não pode ser exercida pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de empresas públicas estaduais ou regionais, empresas municipais, intermunicipais ou metropolitanas, salvo se aquela actividade for exclusivamente exercida através da Internet e consista na organização de serviços de programas de natureza institucional ou científica» ( Lei n.º 8/2011). Para haver a regionalização pretendida desta empresa que presta um serviço público aos Açores é necessário, então, que haja o envolvimento obrigatório de privados.

Apesar de toda esta preocupação com o canal regional, estas soluções nem precisavam de ser pensadas, já que, segundo o Artigo 1 da Lei n.º 31/96, uma das obrigações da empresa concessionária do serviço público de televisão é «manter dois canais de cobertura regional, abrangendo, respectivamente, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira». Neste sentido, a RTP nacional ao encerrar tanto a RTP-Açores como a RTP-Madeira perde o estatuto de canal de serviço público de televisão, já que está a infringir esta lei (Lei n.º 31/96).

A existência da RTP-Açores nunca poderia ser posta em causa, daí que se tivesse optado pela concentração da programação. Segundo afirmou Sidónio Bettencourt em declarações ao jornal *A União*, este novo modelo de emissão permitirá «concentrar pessoas e reduzir gastos» (*A União*, 2012), apesar de o Governo Regional dos Açores ser contra. Inclusive aparentemente entregou dois processos contra a RTP por causa da redução do horário de emissão da RTP-Açores.

É de salientar que apesar da concentração da programação ter entrado em vigor a 4 de junho de 2012, na análise feita anteriormente sobre a programação nos meses após a concentração podemos verificar que este sistema não está a ser totalmente cumprido, já que existem programas regionais emitidos de manhã e à tarde. No fundo, a RTP-



Açores parece que vai tentando resistir ao cumprimento do horário estipulado, que é visto como uma limitação ao serviço público de televisão local.

Após analisarmos os contextos e fatores que influenciam a definição do serviço público de televisão na Região Autónoma dos Açores, podemos concluir que existem falhas no conceito de serviço público de televisão dos Açores, sendo que algumas podem ser corrigidas pelo próprio canal, outras, como a atribuição de autonomia de gestão dos recursos financeiros, só poderão ser resolvidas pela empresa RTP.

Tendo em conta que a RTP-Açores apenas tem autonomia a nível editorial, segundo o que foi afirmado no Relatório Final do grupo de trabalho para o estudo do conceito de serviço público de audiovisual na Região Autónoma dos Açores (Mendes, 2012:20), a este nível é necessário tomar medidas para um claro distanciamento das influências políticas, de modo a preservar a imagem de cumpridor do papel de serviço público por parte deste canal, nomeadamente no que se refere à isenção da informação. É também necessário redefinir prioridades quanto à escolha de programas, tendo por base os princípios e objetivos dos *media* de serviço público, mais especificamente a criatividade dos programas; a relevância dos conteúdos explorados, temas pertinentes e atuais, que despertam o interesse da sociedade a nível da reflexão e do debate, fomentando a participação sociocultural do público e o exercício da cidadania; o dinamismo e inovação da programação ao longo dos anos; os valores cívicos, éticos, culturais e democráticos difundidos e fomentados nos programas e a perspetiva generalista dos conteúdos divulgados, realçando a pluralidade e diversidade existentes, principalmente numa região constituída por nove ilhas.

## Conclusão

Ao longo desta dissertação foi possível chegar a diversas conclusões que nos ajudaram a delinear os parâmetros que devem ser tidos em conta no canal regional para saber se este exerce o verdadeiro papel de serviço público de comunicação.

Num primeiro momento, verificamos que a programação de qualidade surge associada ao conceito de serviço público de televisão e que este tipo de programação dispõe de uma pluralidade de características que podem ser mais ou menos exploradas pelos canais.

Constatamos que a programação de qualidade engloba parâmetros que vão desde a área da ética, como o respeito pela sensibilidade do espectador, a condenação de atos que incitem a sexualidade, a rejeição de qualquer tipo de violência ou qualquer tipo de exploração que conduza à humilhação do ser humano, até parâmetros mais técnicos como a variedade da programação, que deve englobar programas informativos, desportivos, infantis, culturais, de ficção, entretenimento e destinados a minorias.

No decorrer desta dissertação conferimos os contextos que levaram à crise dos meios de comunicação de serviço público na Europa, para depois confirmarmos se foram estas as razões que levaram à descaracterização do canal português de serviço público. Reconhecemos que, à semelhança da maioria dos canais de serviço público da Europa, a empresa RTP entrou em dificuldades devido aos problemas financeiros que resultaram da tentativa de adaptação às leis de mercado e à clonagem de vários programas produzidos pelos canais privados, como é o caso da telenovela recente “Sinais de Vida” e da transmissão de jogos de futebol. Constatou-se, assim, que houve uma descaracterização desta empresa pública portuguesa.

A RTP teve de percorrer um árduo caminho, desde as dificuldades técnicas à difícil adaptação do trabalho jornalístico a este meio de comunicação, para se consagrar totalmente como um *medium* de serviço público. Posteriormente, com a crise que afeta inúmeros meios de comunicação espalhados por toda a Europa e que se prende com o surgimento dos canais privados, tornou-se necessário adotar as novas tecnologias, inovando e reestruturando a RTP, para se consagrar novamente a importância deste serviço na sociedade.

No caso da RTP-Açores, a adaptação do canal foi igualmente difícil, devido à escassez de meios técnicos, mas a sua aceitação por parte do público foi desde cedo

reconhecida. Atualmente, esta questão gera alguma controvérsia pois se, por um lado, são apontadas falhas ao serviço, por outro lado o canal é defendido como símbolo regional indispensável e marcante, sendo o seu simbolismo equiparado, por exemplo, à Universidade dos Açores.

Ao analisarmos a RTP-Açores podemos concluir que, nas características mais gerais das empresas de serviço público de televisão, a RTP-Açores preenche os parâmetros definidos, já que é uma televisão generalista, está acessível a toda a população dos Açores e é financiada pelo Estado.

Quanto à programação, que foi o ponto mais analisado nesta dissertação, verificamos que ainda não é totalmente respeitado o acordo feito com a empresa RTP a propósito da concentração da programação da RTP-Açores entre as 17h30 e as 23h30, já que existem emissões de programas, embora repetidos, de manhã e ao início da tarde. Salienta-se que esta conclusão foi retirada com base nas informações sobre a concentração da programação da RTP-Açores dadas por Sidónio Bettencourt ao jornal *A União* no dia 2 de junho 2012, já que não se encontra disponível para consulta nenhum documento onde os parâmetros que definem essa concentração seja apresentados.

Verificamos também que, apesar da redução horária a RTP-Açores em vez de reduzir a repetição de programas, aumentou-a, sendo mais evidente o caso da repetição do programa “O Tempo”, que no espaço de 24 horas é emitido seis vezes.

Antes da concentração da programação, a RTP-Açores transmitia 43.7% dos programas da sua grelha e depois passou a ser responsável por apenas 37.9%. Contudo, apesar desta diferença percentual ser vista como significativa, a RTP-Açores nunca aproveitou todas as horas que tinha disponíveis, nem antes nem depois da concentração da programação, para emitir programas atuais e regionais de interesse público, em vez de repetições de programas já transmitidos em dias anteriores.

Se, por um lado, encontramos falhas no aproveitamento do tempo de emissão, falhas essas que poderiam ser corrigidas de modo a completar de forma mais abrangente os parâmetros de programação destinada a canais de serviço público que se encontram em falha, por outro lado, também verificamos que os programas que foram selecionados, em detrimento de outros, foram aqueles que mais se enquadram no perfil traçado para os canais de serviço público de televisão, como sejam: “Açores Hoje”, “Estação de Serviço”, “Telejornal Açores”, “Atlântida Açores”, “Consulta Externa”, “Em Foco” e “Prova das 9”. Torna-se claro com estes exemplos que o papel de televisão de serviço público, como acontece na maioria dos canais públicos, é claramente

reforçado pela RTP-Açores com a transmissão de programas informativos e/ou de atualidade.

Podemos dizer que, a nível dos deveres de canal público que surgem associados à programação de qualidade, a televisão de serviço público regional cumpre o papel de informar, com a sua composta programação de divulgação dos factos da atualidade, desenvolve o espírito crítico com programas como “Prova das 9”, trata de temas de interesse público como a saúde em “Consulta Externa” e reforça a identidade regional, com programas como “Açores Hoje”.

Porém, deixa a desejar quanto à pluralidade e diversidade da programação, como podemos verificar pelas várias repetições feitas ao longo do dia. No que diz respeito a programas alternativos e não estereotipados, estes são praticamente inexistentes. O que há são cópias de programas transpostos para a realidade da região, o que leva, de certa forma, à representação dos interesses económicos, culturais e ideológicos da sociedade açoriana por parte da RTP-Açores, como é o caso, por exemplo, do programa “Consulta Externa” que se assemelha ao “Especial Saúde” da RTP-1, e programas estrangeiros que são somente transmitidos sem ter grande valor de serviço público como filmes e séries estrangeiras conotadas como comerciais, ou seja, aqueles que têm apenas como objetivo cativar a massa e obter lucro.

O canal de serviço público regional mostra também um aparente desleixo quanto ao fornecimento de conteúdos educativos, já que, tendo por base a programação dos meses analisados, o único programa produzido especialmente com este objetivo é o “Ler Açores”. Em relação à disponibilização de programas de entretenimento, estes são praticamente inexistentes.

Já a nível do papel da televisão regional enquanto divulgador e formador de opinião pública, a RTP-Açores raramente é questionada pela população em geral. Contudo, ao falar do dever da estação de serviço público em informar com objetividade e imparcialidade surge um ambiente de divergência, que põe em causa um dos marcos mais importantes que caracterizam o conceito de televisão de serviço público, que é a programação informativa e/ou de divulgação da atualidade. A objetividade e imparcialidade deste serviço público regional é questionada por algumas pessoas, devido às influências retratadas, principalmente nos noticiários que dão grande destaque a assuntos ou obras governamentais, provando que a nível editorial a RTP-Açores prende-se muito à agenda do Governo Regional ou de entidades políticas. Para além disso, existem processos por parte do Conselho de Redação da RTP-Açores que

denunciam pelo menos dois casos de tentativa de influência no trabalho jornalístico dos profissionais deste canal regional. Como já foi referido, estes acontecimentos colocam em causa a credibilidade da informação transmitida pela RTP-Açores e, conseqüentemente, põem em causa o seu desempenho enquanto televisão de serviço público.

A nível informativo, a sua credibilidade é posta em causa, os programas sobre a atualidade existem em reduzido número, a produção de programas documentais é rara e os programas desportivos centram-se muito no “desporto-rei”, o futebol, não se focando no que seria essencial para um canal deste género que é a divulgação de todos os desportos, inclusive os de interesse minoritário. É neste sentido que o grande trunfo da RTP-Açores enquanto canal de serviço público é a produção de programas regionais. É a regionalização da programação que dá forma às características de serviço público do canal regional e o consagra inequivocamente como televisão de serviço público regional. É este o argumento a que os defensores da permanência e existência deste canal apelam para o definir este canal (tirar) como símbolo de coesão regional e de abertura dos Açores ao mundo. É este o argumento que tem levado a RTP-Açores a fazer, mais recentemente, um esforço para produzir programas/reportagens, «garantindo o seu papel de agente de promoção cultural» (Ferreira, 2012: 50), que tratam de assuntos/preocupações específicos da região Autónoma dos Açores, como foi o caso da “Especial Informação” que se realizou durante toda a madrugada no âmbito da passagem do furacão Gordon pelas ilhas.

No término desta dissertação podemos dizer o canal de serviço público da região açoriana é capaz de gerar, internamente, discussão quanto à sua qualidade, ao mesmo tempo que, através da regionalização de alguns dos seus programas, é capaz de estimular a sua defesa a nível externo no que diz respeito ao seu papel indispensável na sociedade e identidade açorianas: «Quando pensamos na RTP Açores, é muito importante que se equacione um canal dedicado à informação regional que potencie e aproveite a capacidade de produção de informação» (*Idem*: 51).

## Referências Bibliográficas

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Lei n.º 1/2005*, de 12 de Agosto

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Decreto-Lei n.º 8/2011*, de 11 de Janeiro

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Lei n.º 27/2007*, de 30 de Julho

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. *Lei n.º 8/2007*, de 14 de Fevereiro

A União. (2012) *A partir de segunda-feira Emissão da RTP/A reduzida a seis horas diárias*. (acedido em <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=28226> a 30-12-2012)

A União. (2012) *Estudo revela inquietos "descontentes" com RTP-Açores*. (acedido em <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=26850> a 30-12-2012)

BARNETT, Steven. (2010) “El pluralismo de los medios en la era digital: Periodismo, democracia, interés público”. (acedido em [http://www.infoamerica.org/icr/n03\\_04/barnett.pdf](http://www.infoamerica.org/icr/n03_04/barnett.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 41 -56.

BORGES, Gabriela. (s/d) “A discussão do conceito de qualidade no contexto televisual britânico”. (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-gabriela-discussao-contexto-qualidade.pdf> 20-09-2011); pp. 1-10.

BORGES, Gabriela. (2007) “Questões de qualidade na RTP2 de Portugal: uma análise dos programas Kulto e Pica”. (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-gabriela-questoes-qualidade-rtp2.pdf> 20-09-2011); pp. 1-14.

Braumann, Pedro Jorge. (s/d) “O Mercado Audiovisual em Portugal e os possíveis cenários para a evolução da Televisão Pública”. (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=braumann-mercado-audiovisual-televisao.html> 20-09-2011)

CABRAL, Osvaldo. (2011) “Os Açorianos e a televisão”. (acedido em [www.congressodacidadania.comdocscon\\_22\\_int\\_oc.pdf](http://www.congressodacidadania.comdocscon_22_int_oc.pdf) 10-09-2011); pp. 1-4

DIÁRIO DA REPÚBLICA. *Decreto-Lei nº156/80*, de 24 maio

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. (2012) “PS/Açores quer solução açoriana para o serviço público do arquipélago”. (acedido em [http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content\\_id=2739732](http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2739732) a 30-12-2012)

DUQUE, João Luís Correia et al. (2011) *Relatório do Grupo de Trabalho para a definição do conceito de serviço público de comunicação social*. (acedido em <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/relatorio-2011.pdf> 10-09-2011); pp. 1-32

ESTEVES, João Pissara.(1999) “Os media e a questão da identidade: Sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito”. Lisboa (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pissarra-media-identidade.pdf> a 1-08-2012 10-09-2011); pp. 1-10

FERREIRA, Andreia Revez. (2012) *RTP Açores: Contributos para a Construção da Identidade Açoriana*. Lisboa, Instituto Superior Novas Profissões.

FERREIRA, Rui Assis. (1996) *Relatório final da comissão de reflexão sobre o futuro da televisão*.Lisboa (acedido em [http://www.gmcs.pt/download.php?dir=139.582&file=rf\\_crft\\_1996.pdf](http://www.gmcs.pt/download.php?dir=139.582&file=rf_crft_1996.pdf) 10-09-2011); pp. 1-245

GACS. (2012) “Carlos César: os jornalistas têm de compreender que são uma classe profissional como outra qualquer”. (acedido em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/pgra/noticias/Carlos+C%C3%A9sar+os+jornalistas+t%C3%AAm+de+compreender+que+s%C3%A3o+uma+classe+profissional+como+outra+qualquer.htm> a 30-12-2012)

GONÇALVES, Emille Laís Cândido. (2011) “O Exercício da Comunicação Pública nas TVS Legislativas Um Quadro Comparativo Luso-Brasileiro”. Rio Grande do Norte (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/goncalves-emille-exercicio-da-comunicacao-publica-nas-tvs.pdf> no dia 20-09-2011); pp. 12-41

HUMPHREYS, Peter. (2008) “Convergencia digital y política:El Futuro de la radiodifusión pública en el Reino Unido y Alemania”. (acedido em [http://www.infoamerica.org/icr/n03\\_04/humprheys.pdf](http://www.infoamerica.org/icr/n03_04/humprheys.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 57-72

*INFORMATION FROM EUROPEAN UNION INSTITUTIONS AND BODIES, 2009/C 257/01 Commission. Communication from the Commission on the application of State aid rules to public service broadcasting*

JAKUBOWICZ, Karol . (2010) “En el escenario de la democracia electrónica: El futuro de los medios públicos”. (acedido em [http://www.infoamerica.org/icr/n03\\_04/jakubowicz.pdf](http://www.infoamerica.org/icr/n03_04/jakubowicz.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 221-238

*Jornal de Notícias*. (2008) “Estado não vai sancionar RTP por falhar obrigações de serviço público”  
. (acedido em [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Media/Interior.aspx?content\\_id=953290](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Media/Interior.aspx?content_id=953290) a 30-12-2012)

*Jornal Oficial* nº C 340. Tratado de Amesterdão que altera o tratado da união europeia, os tratados que instituem as comunidades europeias e alguns actos relativos a esses tratados: Protocolo relativo ao serviço público de radiodifusão nos Estados-Membros. 10 de Novembro de 1997 (acedido em <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/hm/11997D.html> no dia 20-09-2011).

LIMA, Maria Érica de Oliveira. (2005) “RTP: local ao global”. (acedido em [www.bocc.ubi.ptpaglima-erica-rtp-local-global.pdf](http://www.bocc.ubi.ptpaglima-erica-rtp-local-global.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 1-114

LOPES, Felisbela. (s/d) “Serviço público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios”. (acedido em [www.bocc.ubi.ptpaglopes-felisbela-servico-publico-tv-crise-1999.pdf](http://www.bocc.ubi.ptpaglopes-felisbela-servico-publico-tv-crise-1999.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 1-9



MARCELLINO, Lucia Maria. (2006) *Responsabilidade social: Visão e intermediação da mídia na redefinição do público e do privado*. Rio de Janeiro (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santa-cruz-lucia-responsabilidade-social.pdf> a 05-09-2012); pp. 85-97

MATOS, Juliana de Sousa. (s/d) “Público X Privado: as responsabilidades da televisão em usufruir uma concessão pública”. (acedido em [www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-matos-o-ceu.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-matos-o-ceu.pdf) no dia 20-09-2011); pp. 1-8

MENDES, José, MENDES, Armando, TEVES, Célio, GABRIEL, Maria do Someiro Mesquita. (2012) *Relatório final: grupo de trabalho para o Estudo do conceito de serviço público de Áudio visual na Região Autónoma dos Açores*. (acedido em [http://base.alra.pt:82/Doc\\_Noticias/NI5595.pdf](http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI5595.pdf) a 05-12-2012)

MONTEIRO, Carlos Cáceres, LOPES, José Alberto de Azeredo Ferreira, ROGEIRO, Nuno, PINTO, Maria José Nogueira. (2002) Relatório do grupo de trabalho sobre o serviço público de televisão. (acedido em [http://www.gmcs.pt/download.php?dir=26.480&file=rel\\_sptv\\_2002.pdf](http://www.gmcs.pt/download.php?dir=26.480&file=rel_sptv_2002.pdf) no dia 10-10-2011); pp. 6

Relatório Final da Comissão de Reflexão sobre o futuro da Televisão (1996), (acedido em <http://www.gmcs.pt/ficheiros/pt/relatorio-final.pdf> no dia 16-20-2012)

*Público*. (2012) “Conselho de Redacção da RTP-Açores denuncia tentativa de condicionar trabalho de jornalistas”. (acedido em <http://www.publico.pt/media/noticia/conselho-de-redacao-da-rtp-acores-denuncia-tentativa-de-condicionar-trabalho-de-jornalistas--1546796> a 30-12-2012)

*Público*. (2011) “RTP-Açores é o canal público que menos respeita pluralismo político-partidário”. (acedido em <http://www.publico.pt/media/noticia/rtp-acores-e-o-canal-publico-que-menos-respeita-o-pluralismo-politicopartidario-1518729> a 30-12-2012)

RTP-Açores. (2011) “Reacções dos partidos à janela da RTP-Açores”.( acessido em <http://www.rtp.pt/acoeres/index.php?t=Reaccoes-dos-partidos-a-janela-da-RTP-Acores-sons.rtp&article=22545&visual=3&layout=10&tm=10&rss=0> a 30-12-2012)

RIDINGER, Meike. (2010) “Panorama Legal en la Unión Europea: Las competências del servicio público y los nuevos médios”. Belgica (acedido em [http://www.infoamerica.org/icr/n03\\_04/ridinger.pdf](http://www.infoamerica.org/icr/n03_04/ridinger.pdf) no dia 20-09-2011 no dia 20-09-2011); pp. 23-40

SENA, Nilza Mouzinho de. (2007) Programação de serviço público: o caso português. Lisboa; pp.2506- 2523

SERRANO, Estrela. (1998) “O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação”. (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf> no dia 20-09-2011); pp. 1-19

SILVA, Manuel José Lopes da. (s/d) “Audiovisual e interesse público”, Lisboa (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-manuel-jose-lobes-da-audiovisual-e-interesse-publico.pdf> a 1-08-2012); pp. 129-135

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. “Pressupostos para uma televisão efetivamente pública: desafios de uma comunicação para além do Estado e do mercado”. (acedido em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/stevanim-luiz-pressupostos-para-uma-televisao-publica.pdf> no dia 20-09-2011); pp. 1-12

TEVES, Vasco Hogan. (1998) *História da Televisão em Portugal: 1955-1979*. Lisboa, TV Guia Editora

TORRES, Eduardo Cintra. (2011) *A Televisão e o Serviço público*. Lisboa, Guide Artes Gráficas Lda.

UNIÃO EUROPEIA COMISSÃO. *Comunicação da Comissão relativa à aplicação das regras em matéria de auxílios estatais ao serviço público de radiodifusão. 2009/C 257/01*